

CSVH | 20<sup>anos</sup>  
celebramos juntos!

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

APROVAÇÃO DO DOCUMENTO EM REUNIÃO DE DIREÇÃO A  
10/03/2026, CONSELHO FISCAL E ASSEMBLEIA GERAL A 26/03/2026

# 20 25

## Índice

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. MODELO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL .....	4
3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL .....	5
4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	6
4.1. CSVH SÉNIOR.....	6
4.2. CSVH INFÂNCIA .....	7
4.3. CSVH INCLUSÃO .....	7
4.4. CSVH SAÚDE/ SAÚDE MENTAL .....	8
4.5. CSVH EDUCAÇÃO/ FORMAÇÃO .....	8
4.6. CSVH CULTURAL.....	9
4.7. CSVH SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO.....	9
4.7.1 RECURSOS HUMANOS.....	9
4.7.2 QUALIDADE E CERTIFICAÇÕES.....	12
4.7.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	13
4.7.4. DEPARTAMENTO DE MARKETING & COMUNICAÇÃO.....	14
4.7.5. PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS.....	14
4.7.6. MANUTENÇÃO E ESPAÇOS VERDES .....	14
4.7.7. CENTRAL DE COMPRAS .....	14
4.8. CSVH INTERATIVO.....	15
4.8.1. INTERNACIONALIZAÇÃO.....	15
4.8.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E CORPORATIVA.....	16
4.8.3. COMEMORAÇÕES DOS 20 ANOS DA INSTITUIÇÃO .....	17
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	19
5.1. RENDIMENTOS .....	20
5.1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	22
5.1.2. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO .....	25
5.1.3. OUTROS RENDIMENTOS .....	26
5.2. GASTOS.....	27
5.2.1. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	28
5.2.2. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS .....	29

5.2.3. GASTOS COM PESSOAL .....	30
5.2.4. GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO .....	31
5.2.5. PERDAS POR IMPARIDADE .....	32
5.2.6. OUTROS GASTOS E PERDAS .....	32
5.2.7. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO .....	33
5.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....	33
5.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	35
5.5. COMPARATIVO ORÇAMENTAL (PAO 2025).....	36
5.6. PERSPETIVA FUTURA.....	36
5.7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	37
5.8. DÍVIDAS À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E À SEGURANÇA SOCIAL .....	37
5.9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....	37
5.10. CONCLUSÃO .....	38
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	40
7. ANEXO .....	51
PROPOSTA DA DIREÇÃO.....	82
RELATÓRIO ANUAL DO CONTABILISTA CERTIFICADO .....	83

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividades e Contas apresenta, de forma rigorosa, estruturada e transparente, o percurso desenvolvido ao longo do ano de 2025 pelo Centro Social do Vale do Homem, doravante designado por CSVH, evidenciando o **compromisso contínuo da Instituição** com a sua **missão**, com a **comunidade** que serve e com os **princípios orientadores** das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Este documento assume-se como um instrumento essencial de prestação de contas, mas também de avaliação crítica e de reflexão estratégica. Nele se analisa o **grau de concretização dos objetivos definidos no Plano Estratégico**, os **resultados** alcançados nas diversas áreas de intervenção e a **gestão responsável, criteriosa e sustentável dos recursos** humanos, materiais e financeiros. Ao longo do ano em análise, a atuação do CSVH manteve-se firmemente alinhada com os princípios da **responsabilidade, transparência, participação e melhoria contínua**, assegurando o cumprimento das obrigações legais aplicáveis às IPSS e reforçando a qualidade e a credibilidade institucional.

A diversidade de respostas nas áreas Sénior, Infância, Inclusão, Saúde e Saúde Mental, Educação e Formação, Cultura, bem como nos serviços de apoio à gestão, evidencia não apenas a **consolidação da Instituição**, mas também a sua capacidade de adaptação às necessidades emergentes da comunidade.

Mais do que um registo técnico das atividades realizadas e dos resultados financeiros alcançados, este **Relatório traduz a identidade, os valores e a responsabilidade social do CSVH**. Representa um exercício de transparência e um compromisso renovado com a excelência, a sustentabilidade e o reforço do impacto social.

Porque, em última instância, a verdadeira medida de uma Instituição não reside apenas na dimensão das suas estruturas, mas na profundidade do seu **compromisso** com a **dignidade humana** e com a construção perseverante de um **bem comum mais justo, solidário e sustentável**.

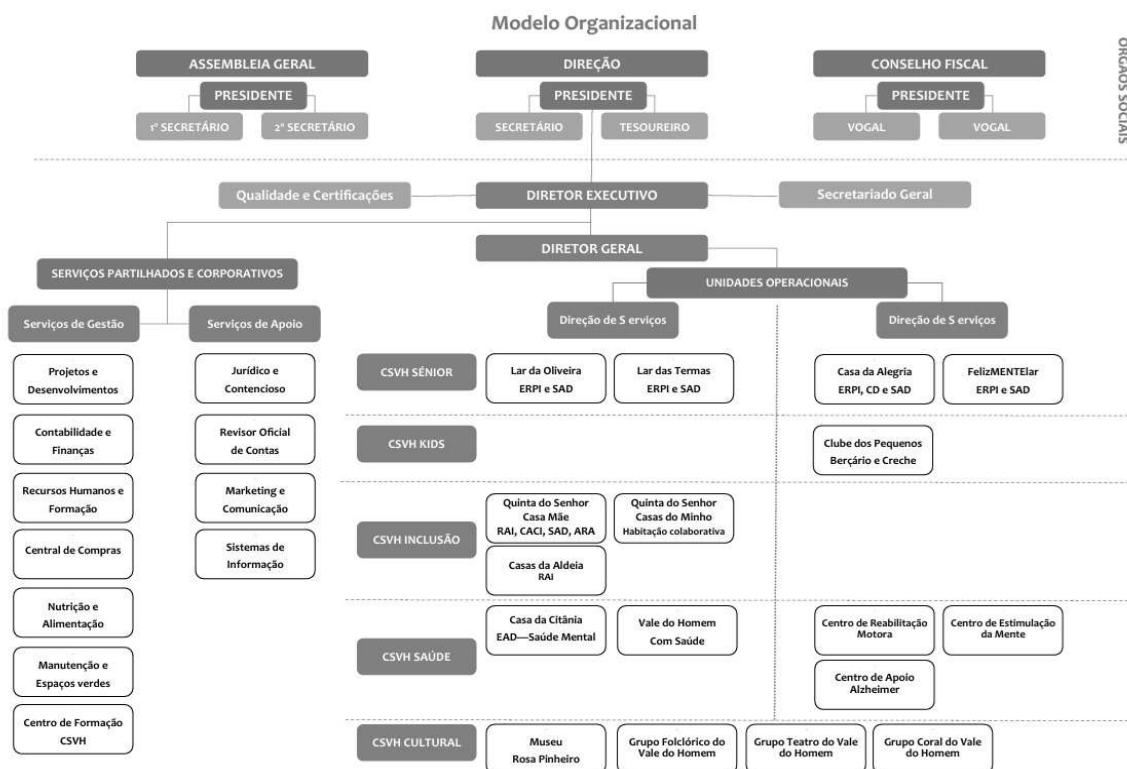
## 2. MODELO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

O Modelo de Gestão Organizacional da Instituição assenta em **princípios de responsabilidade, transparência, participação e melhoria contínua**, garantindo o cumprimento da missão e das obrigações legais aplicáveis às IPSS.

A estrutura organizacional encontra-se claramente definida, com distinção entre **funções estratégicas, de gestão e operacionais**. Os órgãos sociais asseguram a orientação estratégica e a supervisão, enquanto a gestão executiva coordena a implementação das atividades e a gestão eficiente dos recursos.

O modelo privilegia uma **liderança participativa**, promovendo o **envolvimento das equipas, a comunicação interna e a avaliação regular do desempenho**. São aplicados **procedimentos internos** e mecanismos de controlo que asseguram a **qualidade** das respostas sociais, o **rigor financeiro** e a **sustentabilidade** da Instituição.

A **valorização dos recursos humanos**, através da **formação e do desenvolvimento contínuo**, constitui igualmente um pilar fundamental, reforçando o compromisso com uma intervenção social eficaz, humanizada e orientada para a comunidade.

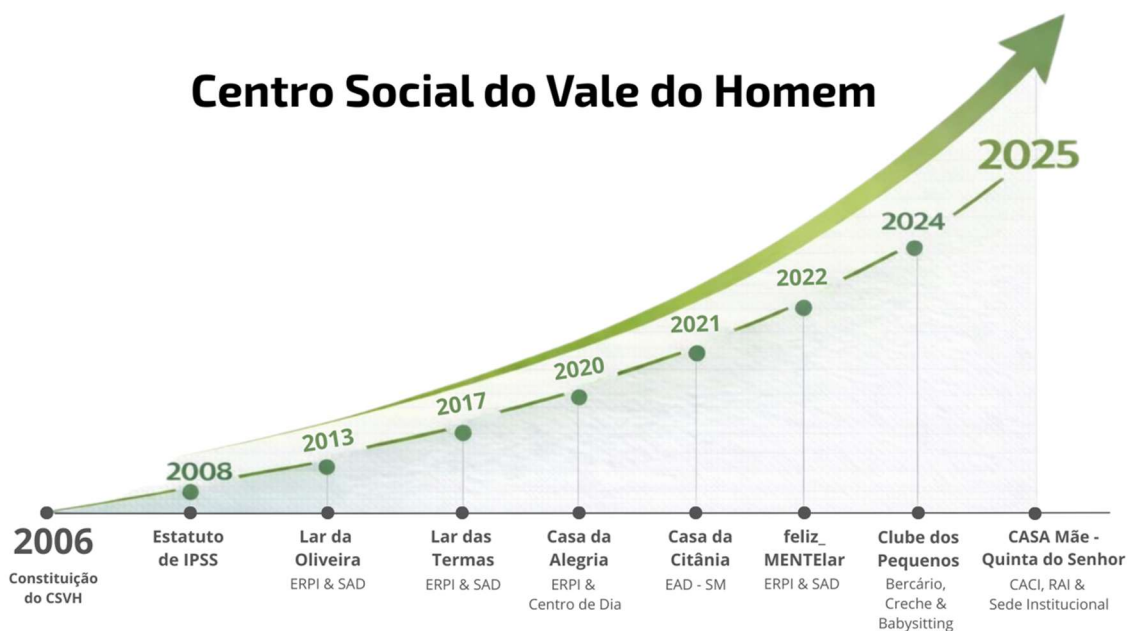


Elaboração: Julho 2015

### 3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O Centro Social do Vale do Homem (CSVH), com sede no concelho de Vila Verde, foi constituído em 2006, na região do Vale do Homem. Atualmente, desenvolve a sua atividade em seis concelhos do distrito de Braga — Amares, Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde. A primeira estrutura física entrou em funcionamento em 2013 e, em 2025, a Instituição conta com sete equipamentos distribuídos pelos concelhos acima referidos.

Inicialmente vocacionado para a área sénior, o CSVH tem vindo a diversificar a sua intervenção, disponibilizando atualmente respostas nas áreas Sénior, Infância, Saúde/Saúde Mental, Inclusão, Educação/Formação e Cultura, reforçando o seu **compromisso** através de uma **resposta social integrada e ajustada às necessidades da comunidade**.



## 4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

No âmbito do seu **Plano Estratégico**, o Centro Social do Vale do Homem definiu a sua intervenção assente em **três eixos prioritários: garantir a prestação de serviços de qualidade, promover e consolidar a sustentabilidade da Instituição e reforçar os domínios de intervenção ao serviço da comunidade.**

Estes eixos orientaram a atuação institucional ao longo de 2025, estruturando a definição de objetivos **estratégicos e operacionais**, bem como as ações desenvolvidas nas diferentes áreas de intervenção.

Durante o ano em análise, a Instituição concretizou um conjunto significativo de metas previamente estabelecidas, reforçando a qualidade das respostas sociais, otimizando os seus recursos e ampliando o impacto da sua intervenção junto da comunidade. **De seguida, apresentam-se as principais realizações e resultados alcançados no âmbito dos objetivos definidos.**

### 4.1. CSVH SÉNIOR

O **CSVH Sénior** desenvolveu, ao longo de 2025, um conjunto de **iniciativas orientadas para a melhoria contínua das respostas sociais** dirigidas à população idosa, reforçando a qualidade do acompanhamento prestado e a proximidade às famílias.

Neste âmbito, foi assegurada uma **resposta ajustada às necessidades e expetativas identificadas**, refletindo-se numa **taxa de satisfação dos utentes e familiares de 77,8% e de 98,8% respetivamente**, indicadores que evidenciam o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados. Paralelamente, registou-se uma **taxa de concretização dos objetivos dos Planos Individuais (PI's) de 87,94%** e uma **taxa de execução do Plano Anual de Atividades e Desenvolvimento (PAAD) de 84,61%**, demonstrando consistência na implementação das ações planeadas.

Verificou-se ainda o reforço da capacidade da resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), através do **alargamento dos acordos de cooperação e do aumento do número de vagas**, designadamente no SAD do Lar da Oliveira e do FelizMENTElar, cuja capacidade foi ampliada para 50 utentes em cada resposta, tendo sido **igualmente formalizados acordos de cooperação** para 40 utentes em ambas as unidades.

No que respeita à expansão e planeamento de novas respostas sociais, procedeu-se à **adjudicação** da prestação de serviços para a elaboração do **projeto Casa da Alegria, na Vila de Palmeira**, reforçando a estratégia de crescimento sustentado e diversificação da intervenção social.

## 4.2. CSVH INFÂNCIA

Ao longo de 2025, o **CSVH Infância** desenvolveu um conjunto de iniciativas orientadas para a **consolidação** das respostas sociais dirigidas à primeira infância, promovendo a **excelência pedagógica, a adequação dos espaços educativos e uma relação de proximidade efetiva com as famílias**.

Neste âmbito, procedeu-se à consolidação da implementação do Clube dos Pequenos – Berçário e Creche em Gualtar, reforçando a estabilidade e a qualidade da resposta educativa prestada. Paralelamente, foi dada continuidade à estratégia de expansão e planeamento de novas respostas sociais, através da adjudicação da prestação de serviços para a elaboração do projeto da Creche da Vila de Pico de Regados em Vila Verde e da Creche de Merelim S. Pedro em Braga.

As ações desenvolvidas no domínio da Infância permitiram, assim, **consolidar a qualidade da resposta existente e preparar a expansão futura da oferta**, reforçando o **compromisso institucional com o apoio às famílias e com o desenvolvimento integral das crianças**, em alinhamento com os objetivos estratégicos definidos.

## 4.3. CSVH INCLUSÃO

Em 2025, a área **CSVH Inclusão** consolidou e expandiu respostas sociais para pessoas com deficiência e incapacidade, **promovendo autonomia, inclusão social e participação comunitária**. Destacam-se a abertura do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (**CACI**) e das Residências de Autonomização e Inclusão (**RAI**) da **Casa Mãe – Quinta do Senhor em Lanhas - Vila Verde**, com os respetivos acordos de cooperação, registando no seu primeiro ano de atividade uma **taxa de satisfação global dos familiares de 100%**. A continuidade do **Projeto Casas da Aldeia em Alvito S. Pedro - Barcelos** (1.ª Fase com 46% da obra executada a 31 de dezembro de 2025 e iniciada 2.ª Fase com obra executada de 3% a 31 de dezembro 2025) e a **implementação do Projeto TREVO na Quinta do Senhor**, integrando produção hortícola sustentável e práticas de economia circular. Foi ainda lançado o **concurso do Projeto Casas do Minho** a implementar na

Quinta do Senhor, **em reavaliação após ter ficado deserto**. Estas ações reforçam a capacidade institucional e consolidam novas respostas sociais, alinhadas com os objetivos estratégicos do Plano Estratégico da Instituição.

#### 4.4. CSVH SAÚDE/ SAÚDE MENTAL

Em 2025, a área **CSVH Saúde/Saúde Mental** consolidou os seus serviços, promovendo melhorias contínuas e reforçando as respostas prestadas, sempre ajustadas às necessidades dos utentes e das suas famílias. Destacam-se a **continuidade do Centro de Apoio ao Alzheimer (CAA) e do Centro de Estimulação da Mente (CEM)** na Casa da Alegria e do **Centro de Reabilitação Motora (CRM)** no FelizMENTElar, a prestação da **Equipa de Apoio Domiciliário em Saúde Mental (EAD-SM)** com uma média mensal de 16 utentes, e indicadores positivos de desempenho nesta última resposta nomeadamente taxa de reinternamentos de 1,64%, adesão à terapêutica de 99,40% e taxa de inserção na comunidade de 26,02%. Foi ainda aberto, em julho, **concurso para a obra RAMo/EAD na Casa da Citânia – Vila Verde**, que ficou deserto, estando a Instituição a analisar os próximos passos.

8

#### 4.5. CSVH EDUCAÇÃO/ FORMAÇÃO

Em 2025, a área **CSVH Educação/Formação** desenvolveu iniciativas orientadas para a **qualificação** de públicos diferenciados e para o reforço das **competências escolares e profissionais** na comunidade. Destacam-se a dinamização da atividade formativa do **Centro de Formação do CSVH**, com especial enfoque na formação financiada pelo **programa PESSOAS 2030**, nas áreas de Produção Agrícola e Animal, Floricultura e Jardinagem e Serviços Domésticos, reforçando a qualificação profissional e a valorização pessoal e social dos formandos.

Paralelamente, implementaram-se as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) em sete escolas do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Vila Verde, através do projeto “CSVH – Crescer e Saber Viver em Harmonia”, promovendo atividades complementares ao currículo escolar, nomeadamente em expressão artística, atividade física e competências sociais, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças.

Estas ações reforçaram as qualificações da população, promoveram o sucesso educativo e consolidaram o **CSVH** como **agente ativo de desenvolvimento local e capacitação da comunidade**.

## 4.6. CSVH CULTURAL

Em 2025, a área **CSVH Cultural** desenvolveu iniciativas voltadas para a **valorização do património cultural e a dinamização de projetos estruturantes com impacto comunitário**. Destaca-se o início, em dezembro de 2025, da 2.ª Fase do Projeto Casas da Aldeia (CACI e Museu Rosa Pinheiro), que integra a componente cultural do **Museu Rosa Pinheiro**. Este espaço visa a preservação e fruição do património cultural e artístico, homenageando a mãe do doador da propriedade, e combina cultura, formação e empregabilidade, promovendo inclusão social, participação comunitária e bem-estar dos utentes. À data de 31 de dezembro de 2025, a execução da obra registava cerca de 3%, marcando o arranque formal de um projeto estratégico para promoção da identidade cultural local e articulação das dimensões social e cultural da intervenção institucional. A atuação no domínio cultural reforça o **compromisso do CSVH** com a **preservação da memória coletiva e a criação de espaços de usufruto cultural**, contribuindo para o desenvolvimento integrado da comunidade.

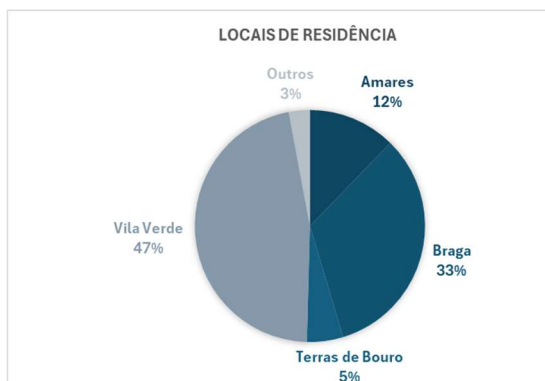
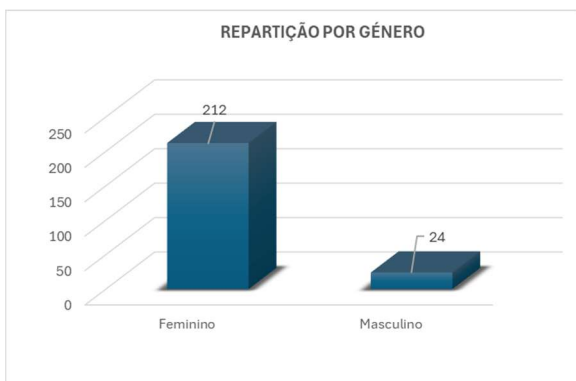
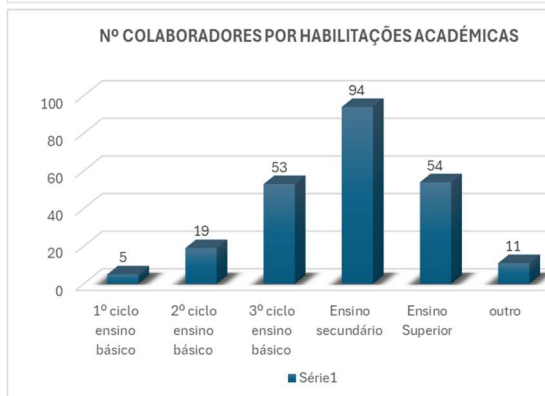
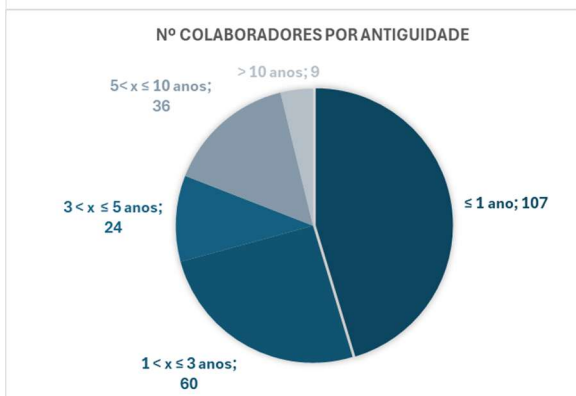
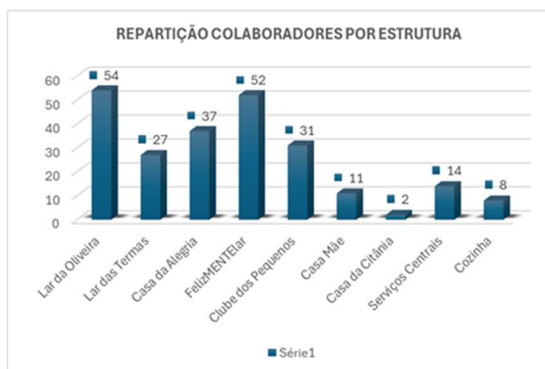
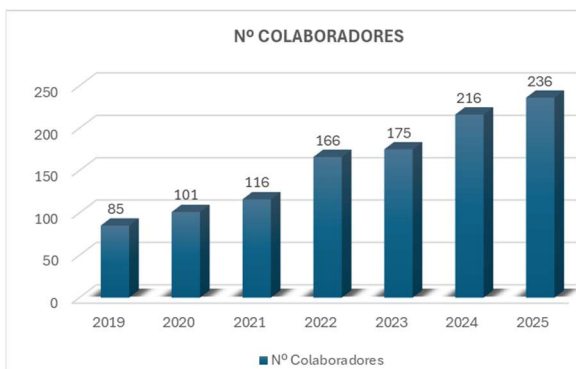
9

## 4.7. CSVH SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO

No âmbito global da Instituição, e em alinhamento com os eixos estratégicos definidos no Plano Estratégico, importa salientar um conjunto de **iniciativas estruturantes desenvolvidas em 2025**, que contribuíram para o **reforço da sustentabilidade organizacional, da qualidade da gestão e da consolidação do posicionamento institucional do CSVH**.

### 4.7.1 RECURSOS HUMANOS

No âmbito da análise de gestão de recursos humanos, apresentam-se gráficos que permitem uma visão detalhada da composição e dinâmica da equipa a 31 de dezembro de 2025:



Em 2025, realizaram-se **4 (quatro) estágios profissionais** no âmbito de candidaturas submetidas junto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) às **medidas Estágios +Talentos e Estágios INICIAR** — dois na área de **Psicologia**, um em **Tecnologias de Informação** e um em **Animação** — resultando na **conversão** de dois desses estágios em **contratos efetivos**. Salienta-se, também, a **contratação de 13 (treze) colaboradores** através da **medida +Emprego promovida pelo IEFP**.

Estes dados oferecem uma ferramenta visual de suporte à tomada de decisão estratégica, à planificação de recursos e ao acompanhamento das políticas de **valorização e desenvolvimento do capital humano**.

A valorização das pessoas manteve-se como uma prioridade estratégica, reconhecendo-se que a qualidade das respostas sociais depende diretamente do envolvimento, motivação e qualificação das equipas. O investimento contínuo na motivação e no bem-estar dos colaboradores traduz-se numa **taxa de satisfação global de 85,92%**, indicador expressivo de um **ambiente organizacional positivo**, orientado para a **valorização profissional e a realização pessoal**. Em 2025, destacam-se as seguintes iniciativas e indicadores: implementação do sistema de controlo de assiduidade, reforçando a transformação digital e a eficiência organizacional; realização de atividades de convívio institucional, nomeadamente o Jantar de Reis (12 de janeiro), o Dia do Trabalhador (1 de maio) e o Dia da Equipa (29 de outubro); dinamização de ações de teambuilding, realizadas em 15 de abril, no Mosteiro de Tibães (Mire de Tibães), onde emergiu o propósito institucional “Cuidar, Sentir, Viver e Humanizar”, e em 2 de dezembro, na Casa da Lata (Carrzedo), e tradicional entrega de kits bebé a colaboradores em situação de parentalidade.

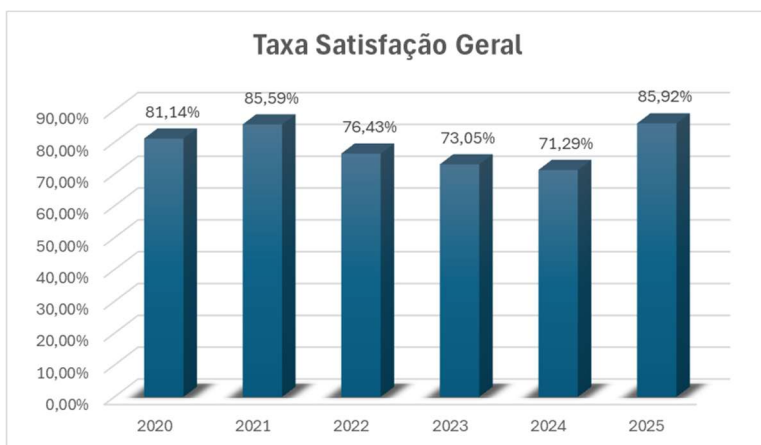




Figura 1 - Atividades teambuilding

#### 4.7.2 QUALIDADE E CERTIFICAÇÕES

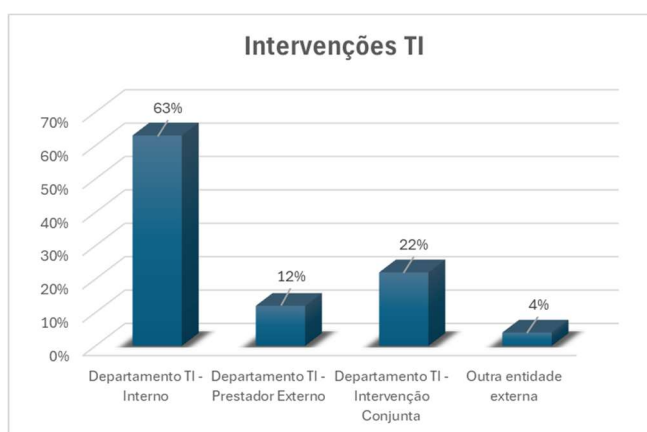
O **compromisso com a melhoria contínua** e com a **excelência organizacional** traduziu-se, em 2025, na consolidação e reforço de referenciais de qualidade e de reconhecimento externo. Neste âmbito, destaca-se a atribuição do **Selo da Diversidade pela APPDI**, a renovação do **Certificado da Marca Entidade Empregadora Inclusiva pelo IEPD** e a atribuição, pelo quarto ano consecutivo, do **Prémio 5 Estrelas – Residências Sénior**. Paralelamente, foram mantidas todas as certificações, destacando-se a **certificação ISO 9001:2015**, assegurando-se igualmente o tratamento sistemático de ocorrências, não conformidades e reclamações, bem como a execução do programa de auditorias internas, com uma taxa de cumprimento de 79%.

No âmbito do Plano Estratégico definido para 2025 pela Direção do CSVH, procedeu-se à monitorização do grau de execução dos objetivos estabelecidos. À data da presente análise, regista-se uma taxa de execução de 48,1%, refletindo o progresso alcançado nas ações planeadas. Verifica-se, contudo, que 24% dos objetivos não foram atingidos, evidenciando a necessidade de reavaliação das estratégias, dos recursos ou dos prazos definidos. Acresce que 12,66% dos objetivos foram eliminados, por se terem tornado extratemporais ou por terem perdido pertinência face à evolução do contexto institucional e operacional.



#### 4.7.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No âmbito da **transformação digital e da segurança da informação**, foram alcançados avanços significativos, destacando-se a **criação do Departamento de Sistemas de Informação (Departamento TI)** em colaboração com prestador externo, a realização do inventário do parque informático, a elaboração e implementação da Política de Segurança, o controlo regular da execução de backups e a manutenção preventiva, concluída com uma taxa de concretização de 100%. No que diz respeito às manutenções corretivas entre julho e dezembro de 2025, registaram-se 51 ocorrências de TI, com a seguinte distribuição de resolução:



#### 4.7.4. DEPARTAMENTO DE MARKETING & COMUNICAÇÃO

Em outubro de 2025, foi **criado o Departamento de Marketing & Comunicação**, reforçando a **estratégia de posicionamento institucional e a proximidade com a comunidade**. Entre as principais ações desenvolvidas destacam-se o novo naming do Centro Social para Lar da Oliveira, a transição da gestão de redes sociais e do website de prestador externo para gestão interna, com publicações diárias e início da reformulação do website institucional, o alinhamento visual do Dia do CSVH – 12 janeiro (incluindo rollups, telas, convites, livro de homenagens, apresentações, cartões, prémios e decoração), a atualização das assinaturas de e-mails institucionais e a elaboração de flyers e materiais promocionais.

#### 4.7.5. PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS

Em 2025, no âmbito da **captação de financiamento e da dinamização de projetos estruturantes**, destacam-se as seguintes atividades: conclusão dos projetos desenvolvidos com a ATAHCA no **âmbito do PDR2020 – Renovação de Aldeias**, permitindo a recuperação de património tradicional (caramanchão, nora, eira e espigueiro) e pequenos investimentos, através de aquisição de estufa, ferramentas e edificação de anexo de apoio ao armazenamento de alfaías contando ainda com a parceria da AMIBA na doação de animais de raça autóctones portuguesas; submissão e aprovação de **candidatura ao PRR** para remodelação do Lar da Oliveira; submissão e aprovação de três candidaturas ao PRR para aquisição de viaturas 100% elétricas; submissão e aprovação de candidaturas para equipamento móvel em estruturas financiadas pelo PRR (FelizMENTElar, Clube dos Pequenos, Casa Mãe e Casas da Aldeia – 1.ª Fase); e aprovação de candidaturas à iniciativa pública **Portugal Inovação Social**.

#### 4.7.6. MANUTENÇÃO E ESPAÇOS VERDES

Em 2025, assegurou-se a **conservação e manutenção das instalações e equipamentos**, através da realização de intervenções sistemáticas nas infraestruturas e nos equipamentos, promovidas pelo Departamento de Manutenção, garantindo **condições adequadas de segurança, conforto e funcionalidade**.

#### 4.7.7. CENTRAL DE COMPRAS

Em 2025, os fornecedores principais e habituais do CSVH asseguraram um total de 1.022 fornecimentos de bens e produtos. Durante este período, foram registadas 25 ocorrências/não conformidades, correspondendo a uma taxa de não conformidades de 2,45%, o que evidencia um

nível de desempenho global bastante satisfatório. De acordo com os critérios de avaliação definidos internamente, todos os fornecedores obtiveram a classificação “A”, mantendo assim o estatuto de fornecedores aprovados. Estes resultados demonstram **consistência, fiabilidade e qualidade** no cumprimento dos requisitos estabelecidos.

## 4.8. CSVH INTERATIVO

O CSVH Interativo reflete o **compromisso** do Centro Social do Vale do Homem com uma **intervenção social participativa e em rede**, assente no desenvolvimento de **parcerias com entidades públicas, privadas, académicas e sociais**. Estas colaborações promovem a **partilha de conhecimentos e boas práticas**, contribuindo para a **melhoria contínua** das respostas sociais e para o reforço da **responsabilidade social** da instituição.

Neste enquadramento, as **comemorações dos 20 anos do CSVH** assumem-se também como uma oportunidade para **valorizar** o percurso institucional e **reconhecer** o contributo dos parceiros que têm colaborado com a instituição, reforçando simultaneamente os laços de cooperação e a ligação do CSVH à comunidade.

### 4.8.1. INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização do Centro Social do Vale do Homem (CSVH) constitui **uma estratégia de desenvolvimento institucional** que visa **promover a melhoria contínua** das respostas sociais através da **cooperação** com entidades externas. Neste contexto, o CSVH estabeleceu **parcerias** com instituições como a **Associação de Familiares de Doentes de Alzheimer e Outras Demências da Galiza (AFAGA)** e a **Federação Alzheimer Galicia (FAGAL)**, fomentando a **partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas**, particularmente na área do apoio a pessoas com demência e às suas famílias.

Estas colaborações permitem o **intercâmbio de metodologias de intervenção**, a participação em **encontros técnicos e ações formativas**, bem como o desenvolvimento de **iniciativas conjuntas** que contribuem para a **inovação e qualificação dos serviços prestados**. Assim, através da cooperação transfronteiriça e da integração em redes de colaboração, o CSVH reforça a sua capacidade de resposta e promove uma **cultura institucional baseada na aprendizagem, na inovação e na melhoria contínua**.

#### 4.8.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E CORPORATIVA

A intervenção institucional integrou uma abordagem multidimensional da responsabilidade social e corporativa:

- a) **Dimensão Ambiental e Sustentabilidade:** a Instituição promoveu práticas de reutilização de materiais, como rollups e lonas, e implementou o projeto TREVO, de economia circular, para produção hortícola de consumo interno. Foram adotadas medidas de redução da pegada carbónica, incluindo a aquisição de viaturas elétricas, e assegurado o uso eficiente de recursos naturais, através da instalação de painéis solares e da exploração sustentável de poços e furos artesanais.
- b) **Dimensão Económica:** o CSVH solicitou a elaboração de um estudo de impacto económico, financeiro e social na comunidade ao IPCA - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Paralelamente, procedeu-se à renovação do Certificado de Compromisso de Pagamento Pontual, reforçando a credibilidade e a confiança junto de parceiros e fornecedores.
- c) **Dimensão Social:** A Instituição reforçou a inclusão e o bem-estar, implementando a Política DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão), dinamizando o Gabinete da Qualidade, Bem-Estar e Felicidade, assinando o Pacto de Inclusão e participando ativamente em redes de parceiros sociais, como GODI, CLAS, APPDI, ISAVE, UDIPSS, CNIS e Humanitas; bem como a celebração de protocolos de cooperação bilateral com várias entidades públicas e privadas, nomeadamente Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto; Clínica Luís de Camões Lda. e O-Olha Óticas.
- d) **Dimensão Legal:** foram avaliados os riscos de corrupção e infrações conexas, com implementação do Plano de Prevenção de Riscos (PPR) e respetivo Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), complementado com a disponibilização de um Canal de Denúncias e assegurando conformidade e integridade institucional.
- e) **Dimensão Ética:** A Instituição pauta a sua atuação através do cumprimento dos princípios definidos no seu Código de Conduta e da Política de Não Discriminação. Paralelamente, garante a comunicação transparente junto de utentes, famílias e fornecedores, através da sistematização de prática de consentimentos informados, de Planos Individuais de Intervenção centrados na pessoa, disponibilizando ainda no site institucional os regulamentos internos, PAO e RAC.

#### 4.8.3. COMEMORAÇÕES DOS 20 ANOS DA INSTITUIÇÃO

Em 2025, iniciaram-se as celebrações dos 20 anos do CSVH, que marcaram duas décadas de serviço à comunidade. Com a elaboração do programa “CSVH 20 anos | 20 ações” planejaram-se ações para 2025 e 2026. Durante o ano, realizaram-se diversas iniciativas, entre as quais se destacam três **tertúlias** temáticas — “Valorização dos Trabalhadores do Setor Social e Solidário”, “(DES)Envolver a criança na Infância” e a Tertúlia Ibérica “Entre memórias e ciência” —, a **inauguração do Clube dos Pequenos: Berçário e Creche** em Gualtar, a celebração do Dia dos Avós em Merelim S. Pedro, a **inauguração da Casa Mãe – Quinta do Senhor (CACI/RAI)** e da **sede institucional**, bem como a **assinatura do Pacto da Inclusão**, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

O conjunto destas ações evidencia uma **organização orientada para a qualidade, inovação, sustentabilidade e impacto social**, reforçando o **compromisso** do CSVH com a comunidade e consolidando a sua identidade enquanto **instituição de referência no setor social**.



Figura 2 - Tertúlias 2025



Figura 5 - Inauguração Clube dos Pequenos



Figura 4 - Inauguração Casa Mãe - Quinta do Senhor



Figura 3 - Assinatura Pacto para a Inclusão

## 5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Os ciclos económicos mais recentes têm sido marcados por uma estratégia assumida de forte investimento e expansão estrutural do CSVH, traduzida no alargamento territorial da intervenção com a criação de novas estruturas, novas respostas sociais, e o reforço da capacidade instalada. O exercício de 2025 é corolário desse mesmo espírito de atuação. Mas além da política de investimento prosseguida, tem-se procurado também uma consolidação estratégica, orientada para o equilíbrio económico-financeiro, a maturação operacional das estruturas recentemente implementadas e o reforço da sustentabilidade institucional no médio e longo prazo.

O crescimento verificado nos últimos anos, embora estruturante e socialmente diferenciador, tem implicado um acréscimo da complexidade organizacional, de exigência financeira e responsabilidade na gestão.

A otimização operacional e financeira de cada estrutura e de cada resposta é, em períodos de investimento, um baluarte significativo de equilíbrio global. A abertura da Casa Mãe em 2025, com as respostas sociais de RAI e CACI, exigem esse rigor enquanto processo indispensável à geração de fluxos estáveis que assegurem a sua progressiva autossuficiência e reduzam a pressão estrutural sobre a tesouraria institucional. E assim como a Casa Mãe, todos os investimentos em curso e que serão concretizados num futuro próximo.

Paralelamente, procuraram manter-se em curso investimentos estratégicos com financiamento equilibrado entre capitais próprios, crédito bancário e financiamento público. E neste caso assumem particular relevância as verbas atribuídas no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo carácter não reembolsável é fundamental para a viabilização de projetos de elevada intensidade de capital, dificilmente concretizáveis em entidades do setor social com limitada elasticidade de receita. Estes instrumentos de política pública têm permitido não apenas expandir a capacidade instalada, mas também reforçar estruturalmente a robustez da instituição para o futuro.

No plano da gestão operacional, o exercício de 2025 foi particularmente orientado para:

- **Reforço dos mecanismos de controlo interno e gestão da tesouraria;**

- Consolidação da política de **valorização salarial**, alinhada com uma estratégia de **retenção e atração de talento**;
- Continuidade da transição energética e renovação progressiva da frota automóvel para **soluções ambientalmente mais sustentáveis**;
- **Otimização de processos internos**, promovendo ganhos de eficiência, racionalização de custos e melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.

Num contexto setorial marcado por constrangimentos estruturais, volatilidade económica e exigência regulatória desproporcional, o CSVH reafirma em 2025 o seu posicionamento enquanto instituição sólida, inovadora e financeiramente responsável, apresentando um resultado líquido **positivo de 445.445,04€**, um acréscimo significativo face ao ano anterior onde o resultado foi de **205.700,05€**.

A estratégia mantém-se inequívoca. Crescer com sustentabilidade, investir com prudência e assegurar que cada decisão económica se encontra subordinada à missão institucional e à promoção da dignidade, bem-estar e inclusão das pessoas que serve.

O exercício de 2025 representa, assim, uma etapa de maturidade organizacional, consolidando o ciclo de expansão anterior e estruturando bases consistentes para um **futuro que se pretende operacional e financeiramente equilibrado, e socialmente transformador**.

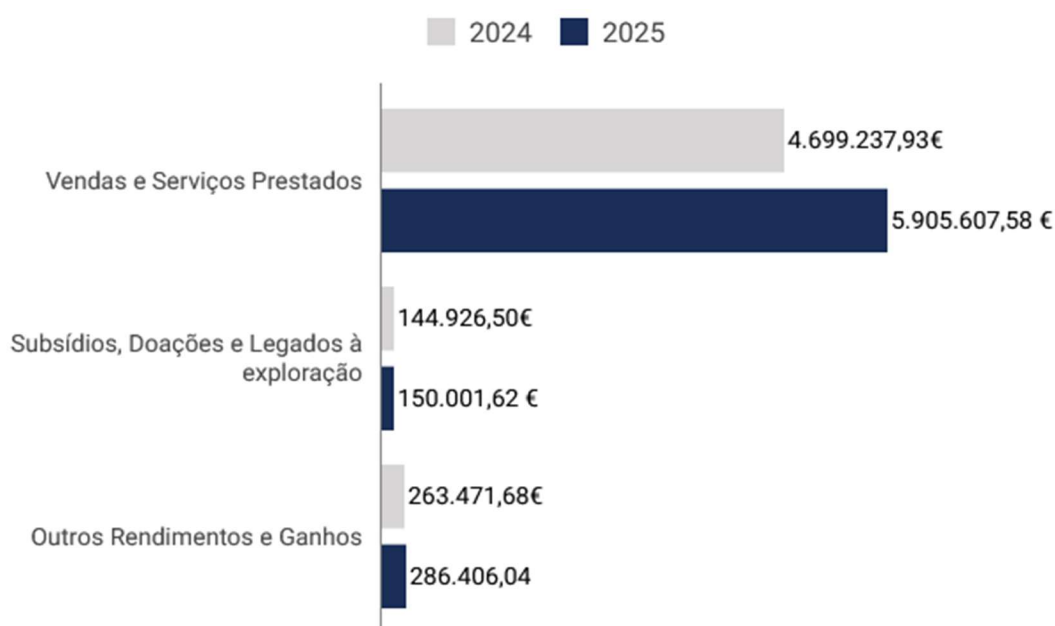
## 5.1. RENDIMENTOS



Em 2025, a rubrica de rendimentos registou um crescimento de 24,17%, correspondente a um acréscimo superior a 1,2 milhões de euros face ao exercício anterior.

Este desempenho demonstra a eficácia das estratégias de crescimento implementadas e das decisões de investimento adotadas, particularmente orientadas para o reforço e diversificação das fontes de receita e para a celebração de Acordos de Cooperação. Tal evolução foi sustentada por uma gestão operacional e organizacional rigorosa, assente em critérios de eficiência, racionalização de recursos e promoção da sustentabilidade financeira.

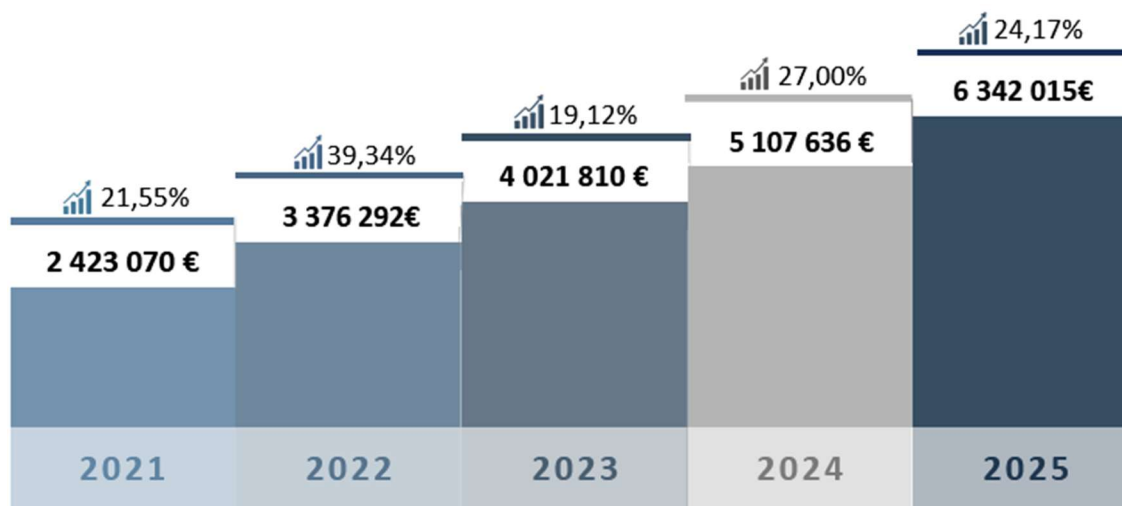
A análise comparativa da evolução das diferentes rubricas de rendimentos entre os exercícios de 2024 e 2025 evidencia a seguinte variação:



Constata-se uma evolução positiva e transversal das diferentes rúbricas, sendo evidente que o crescimento da receita se encontra claramente sustentado pela sua atividade principal, a prestação de serviços.

A trajetória de crescimento evidencia uma estratégia sustentada de valorização da atividade principal, assente na otimização das estruturas já implementadas e na expansão de respostas sociais diferenciadas e cuidadosamente ajustadas às necessidades da comunidade, que permitiu simultaneamente ampliar a intervenção social e reforçar as receitas da instituição.

A evolução dos rendimentos da instituição, ao longo dos últimos cinco anos, permite uma visão clara do crescimento sustentado e da sua capacidade em gerar receita nova de ano para ano.



O ano de 2025 impacta pelo **Clube dos Pequenos**, primeira resposta da instituição na área da infância, que integra os serviços de creche, berçário e babysitting em horário alargado. Embora tenha iniciado o seu funcionamento pleno em dezembro de 2024, o impacto na receita desse exercício foi residual, atendendo ao reduzido período de atividade. Foi apenas em 2025 que esta valência passou a refletir de forma consistente a sua capacidade de gerar proveitos.

Por outro lado, a **Casa Mãe – CACI e RAI**, resposta direcionada à área da deficiência, cujo contributo para a receita em 2025 foi limitado, considerando que o início efetivo da prestação de serviços ocorreu apenas no último trimestre do exercício. Não obstante, trata-se de uma estrutura com elevado potencial de crescimento e consolidação nos períodos subsequentes.

### 5.1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



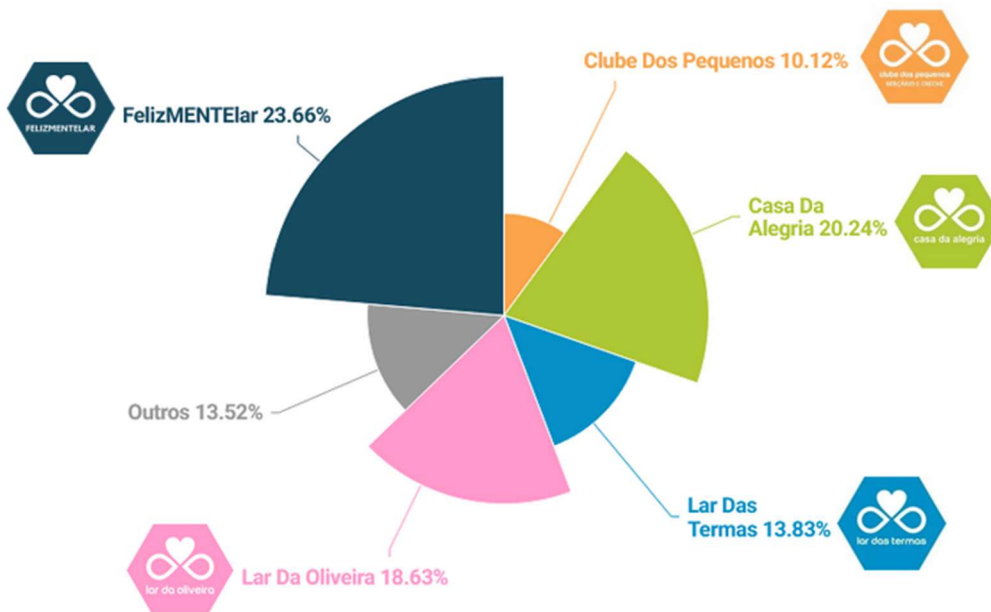
A rubrica de Prestação de Serviços registou, em 2025, um acréscimo de 25,67% comparativamente ao exercício anterior. A sua relevância traduz-se numa maior estabilidade financeira, o que reduz a dependência de fontes de receita mais imprevisíveis, como donativos ou subsídios atribuídos por outras entidades. Este facto reforça a autonomia económica da instituição e a previsibilidade dos seus fluxos de caixa.

Trata-se da rubrica mais representativa da estrutura de rendimentos da instituição, pois abrange, além das participações dos utentes, quer designadamente através mensalidades, quer de encargos e outras prestações de serviços, os montantes provenientes da Segurança Social no âmbito da celebração de **Acordos de Cooperação**. Em 2025, a receita proveniente dos acordos situou-se nos 2 614 891,93 €, um aumento muito significativo de 89,36 % face ao ano anterior.

De referir que no decurso de 2025 foram celebrados acordos de cooperação para a resposta social de Berçário e Creche da estrutura Clube dos Pequenos, e acordos de cooperação típicos para as respostas sociais de CACI e RAI da estrutura Casa Mãe. Atendendo a que as formalizações dos acordos da Casa Mãe ocorreram apenas em dezembro de 2025, o respetivo impacto nos rendimentos do exercício revelou-se insignificante.

Além do exposto, também as respostas sociais de SAD do LO e FM viram a sua capacidade aumentar durante o ano de 2025 para 50 utentes, tendo aumentado o número de vagas protocoladas por Acordo de Cooperação em 8 lugares para ambas as estruturas, após as respetivas candidaturas ao PROCOOP. A esse aumento, soma-se também o acréscimo de uma vaga na resposta social de ERPI do FM. Estes aumentos aconteceram ao longo de 2025, não estando o potencial de receita devidamente explorado neste mesmo exercício económico.

Em linha com o exposto, analisamos de seguida a distribuição percentual dos rendimentos por estrutura no exercício de 2025:



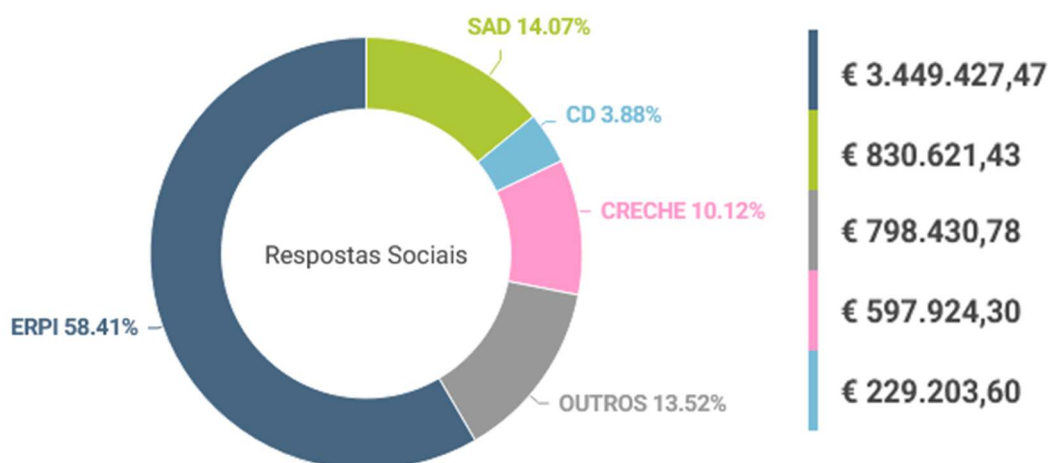
Considerando a consolidação das estruturas em funcionamento, os rendimentos evidenciam um nível de execução alinhado com o potencial operacional de cada resposta.

O FelizMENTELar destaca-se pelo maior volume de receita, reflexo da sua dimensão e da capacidade instalada superior face às restantes estruturas, bem como do reforço da capacidade efetuado em 2025, quer ao nível da ERPI, quer do SAD.

Seguem-se os rendimentos da Casa da Alegria, vocacionada para respostas especializadas na área do Alzheimer e outras demências, cujo potencial de geração de receita se posiciona acima do modelo tradicional de estrutura residencial.

A rubrica “Outros” integra, para além dos rendimentos ainda residuais da Casa Mãe que abriu em 2025, os proveitos provenientes da Casa da Citânia com a resposta EAD, além de outros provenientes do VHS, CEM, CRM e CAA.

A resposta Social ERPI continua a ser a mais representativa nos rendimentos e a principal fonte de receita do CSVH. Os serviços complementares da instituição, incluindo CC(EAD), CEM, CRM, VHS e CAA registam uma expansão consistente, assumindo um papel relevante no equilíbrio financeiro global da instituição.



### 5.1.2. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO



Os Subsídios, Doações e Legados à Exploração registaram um acréscimo modesto de 3,50%, o que evidencia uma contribuição menos dinâmica desta rubrica para a receita total.

Os apoios associados às diversas medidas de emprego e incentivos à contratação de recursos humanos concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) continuam a assumir a maior expressão no âmbito dos subsídios à exploração, sendo a componente mais relevante desta rubrica.

Paralelamente, a instituição procurou, de forma ativa, desenvolver e implementar novos projetos com vista ao reforço da sua intervenção social e diversificação das fontes de financiamento. Exemplo disso são os **Projetos Ponto de Fuga e Sob Rodas**, que permitem respostas territoriais inovadoras e essenciais ao público-alvo, com recurso a meios técnicos e humanos, de elevado valor, detidos pela instituição.

As ações de formação financiadas no âmbito do Programa PESSOAS 2030, e para o qual existe contrato de participação assinado pelo CSVH, foram residuais até ao final de 2025, estando prevista uma intensificação das mesmas em 2026 e até ao termo da respetiva candidatura.

Ainda assim, a captação de novos subsídios à exploração continua a revelar-se necessário, não só face à limitada captação de recursos com impacto significativo nesta rubrica, mas pela intensificação de projetos com impacto na comunidade envolvente.

### 5.1.3. OUTROS RENDIMENTOS



A rubrica de Outros Rendimentos agrega diferentes tipos de receitas, incluindo donativos, imputação de subsídios a investimentos e outros rendimentos não abrangidos pelas rubricas previamente referidas.

O crescimento de 8,70% em 2025, evidencia a importância da instituição manter uma atuação proativa junto das entidades locais, recorrendo à sua influência e promovendo campanhas de sensibilização que permitam potenciar o crescimento desta rubrica de rendimentos no futuro.

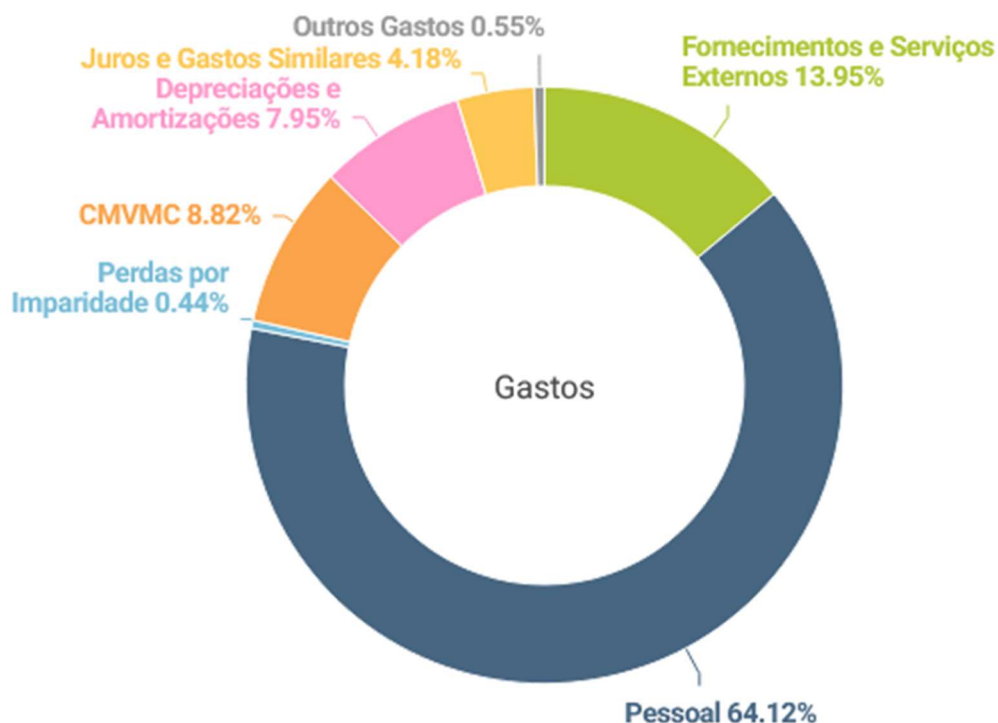
## 5.2. GASTOS

Total de Gastos	
ANO 2024	ANO 2025
4 901 936,06€	5 896 570,20€
VARIAÇÃO	<b>+ 994 634,14€</b>



- Crescimento da Instituição
- Reforço e valorização de recursos humanos
- Impacto da inflação

A rubrica de gastos em 2025 registou um crescimento global de 20,29 % face ao exercício anterior. O incremento das despesas decorre do efeito combinado de vários fatores, que vão desde a ampliação das estruturas e serviços, ao aumento do salário mínimo nacional e melhoria das condições salariais, ao aumento da inflação sobre os custos sobre os bens e serviços essenciais, entre outros.



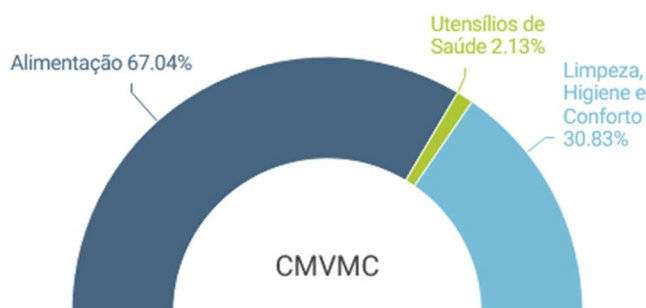
### 5.2.1. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS



A rubrica de CMVM, que registou um aumento de 20,59% face a 2024, corresponde aos gastos associados à aquisição de bens essenciais ao regular funcionamento da instituição, designadamente alimentos, produtos de higiene e conforto, materiais e utensílios de saúde. A evolução desta rubrica acompanha o crescimento do número de utentes e a expansão das respostas sociais, refletindo maiores necessidades operacionais e um acréscimo do consumo de recursos.

Adicionalmente, a inflação verificada nos bens essenciais tem exercido pressão sobre os custos totais, contribuindo para o aumento dos encargos em geral. A gestão destas aquisições é centralizada na Central de Compras, que procura conciliar qualidade, eficiência e as condições comerciais mais vantajosas de forma a otimizar os recursos da instituição.

A maior fatia desta rubrica refere-se à alimentação, dado que, na maior parte das estruturas, as refeições dos utentes e colaboradores são asseguradas através de confeção em cozinha comum, utilizando recursos próprios da instituição.



### 5.2.2. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

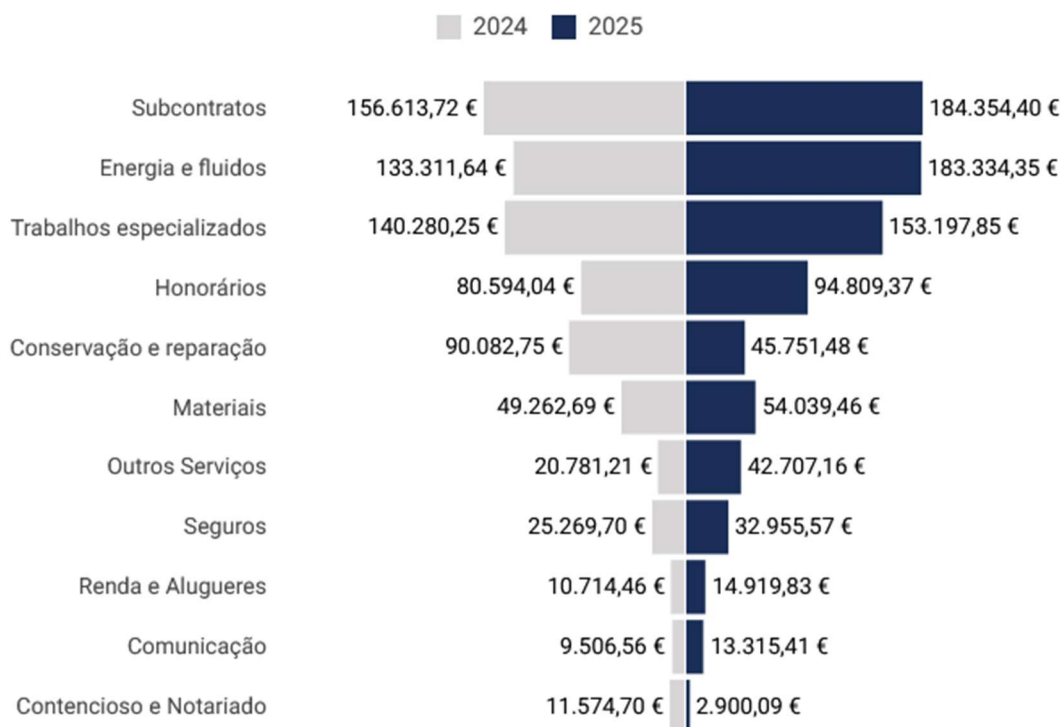


A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou uma variação de 12,95%, essencialmente justificada pelo aumento das estruturas e pela atualização dos custos dos serviços contratados, tendo sido mitigada por uma gestão criteriosa e eficiente dos contratos em vigor.

Dentro desta rubrica, os subcontratos representam a componente mais significativa, correspondendo maioritariamente à contratação de uma entidade externa para os serviços de refeições nas estruturas do FelizMENTElar e Clube dos Pequenos, bem como para o serviço de lavandaria destas e de outras estruturas.

Os custos de energia e outros fluidos, que inclui eletricidade, água, gás e outros recursos energéticos necessários ao funcionamento das estruturas, apresenta um peso significativo nos encargos da instituição. Este impacto decorre do aumento do número de estruturas e serviços em operação, aliado à evolução das tarifas energéticas.

O CSVH tem efetuado investimentos em veículos elétricos e em edifícios energeticamente mais sustentáveis, com o objetivo de aumentar a eficiência energética e promover a sustentabilidade ambiental. Mantém-se a necessidade de reforçar esses investimentos, essenciais para a contenção de custos operacionais a médio e longo prazo.



### 5.2.3. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de gastos com pessoal, que registou um aumento de 24,13 % em 2025, constitui a maior fatia das despesas da instituição, evidenciando o peso estrutural dos recursos humanos na



prosseção da sua atividade e na garantia da qualidade dos serviços prestados.

O quadro de pessoal da instituição atingiu uma média de 227 colaboradores em 2025, superando os 191 registados em 2024. Este crescimento traduz encargos adicionais resultantes da contratação necessária para acompanhar a expansão dos serviços existentes e a entrada em funcionamento de novas respostas sociais, nomeadamente na área da deficiência na estrutura da Casa Mãe. A implementação desta valência exigiu a contratação antecipada e a formação dos recursos humanos necessários, impactando diretamente os encargos com pessoal.

Paralelamente, a instituição manteve a política de valorização profissional, garantindo remunerações acima do salário mínimo nacional, com o objetivo de reconhecer o contributo dos colaboradores, promover a estabilidade das equipas e atrair novos profissionais para a área social.

Assim, apesar do acréscimo verificado, estes encargos devem ser interpretados como estruturais e alinhados com o crescimento da instituição prevendo-se a sua progressiva consolidação à medida que as novas respostas sociais atinjam o seu pleno funcionamento, sendo, contudo, fundamental assegurar a sua gestão prudente e equilibrada de forma a não comprometer a sustentabilidade financeira da instituição.

#### 5.2.4. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Em linha com o comportamento das anteriores rúbricas de gastos, este encargo também acompanha diretamente o nível de crescimento da instituição. Os gastos de depreciação e amortização refletem o desgaste dos ativos da instituição e representa 7,95% dos gastos totais.



Embora as amortizações e depreciações tenham registado um acréscimo de 31,03% face ao ano anterior, este efeito é reflexo do crescimento do ativo fixo tangível, que evoluiu de 13.619.338,11€ para 17.430.761,68€. Este aumento traduz o investimento continuado em ativos que suportam a operação e expansão da instituição, com implicação num reconhecimento superior de gasto anual.

### 5.2.5. PERDAS POR IMPARIDADE



Foram reconhecidas perdas por imparidade relativas a coimas aplicadas a utentes por atrasos de pagamento. Considera-se ainda assim provável que a instituição venha a reverter estas situações, permitindo a recuperação futura dos montantes, o que poderá neutralizar o efeito do reconhecimento destas perdas como gasto no exercício corrente.

### 5.2.6. OUTROS GASTOS E PERDAS



A rubrica de outros gastos e perdas está sobretudo relacionado com pagamento de impostos, donativos e quotizações devidas a outras instituições.

O acréscimo significativo verificado nesta rubrica decorre, maioritariamente, do reconhecimento, como gasto do exercício, do montante de 18.940,50€, correspondente a dívida considerada incobrável, na sequência de acordo judicial celebrado relativamente a valores em atraso e respetivas coimas de um utente da instituição. Refira-se, no entanto, que o acordo permite recuperar a maior parte da dívida existente, o que poderá ter consequência na reversão de imparidades, entretanto contabilizadas.

### 5.2.7. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO



Embora os gastos com juros e perdas de financiamento tenham diminuído em 2025, esta redução não reflete uma diminuição do nível de financiamento da instituição. O recurso a financiamento bancário aumentou durante o exercício, com o objetivo de suportar investimentos considerados essenciais para a missão e crescimento da instituição.

A redução dos custos financeiros deve-se, por isso mesmo, ao decréscimo dos indexantes de crédito face a 2024, o que impactou favoravelmente os encargos com os empréstimos existentes e com os novos contratos.

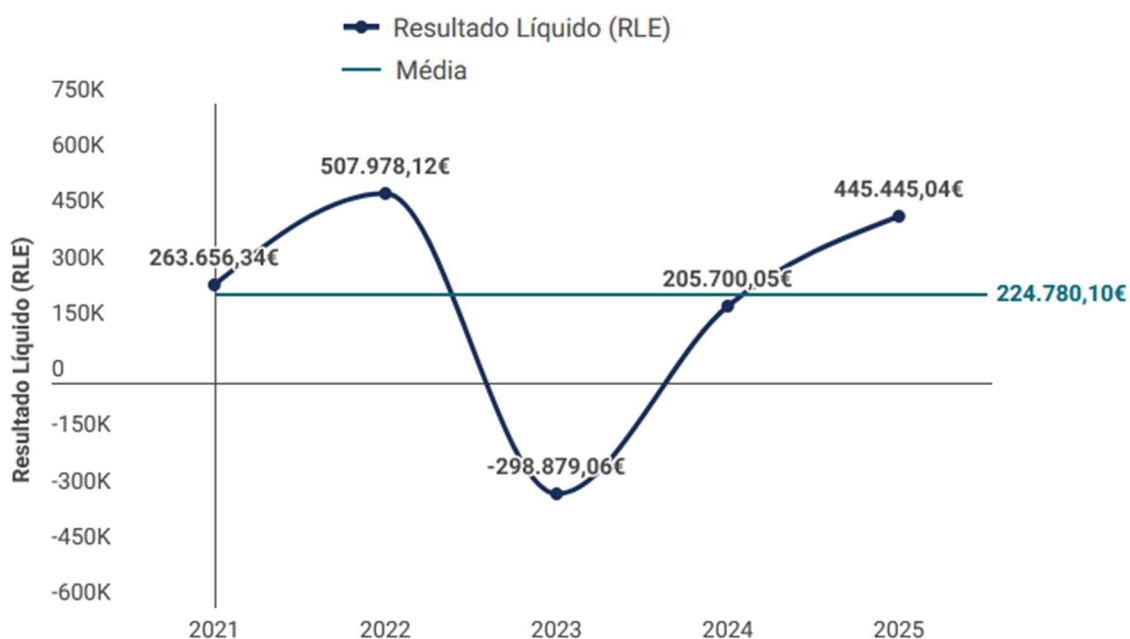
### 5.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO



Tal como se antecipava pela evolução dos rendimentos e gastos ao longo do exercício, 2025 apresentou um Resultado líquido positivo de 445.445,04€, evidenciando um crescimento de 116,55% relativamente a 2024.

Importa salientar que, no âmbito de uma IPSS, pese embora o resultado não assuma uma vertente lucrativa, o mesmo evidencia uma consolidação essencial da estabilidade operacional.

O resumo do desempenho dos últimos cinco anos permite observar os seguintes resultados:



## 5.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	2025	2024
<b>Rácio de Solvabilidade</b> (Capital Próprio/Passivo)	94,30%	114,67%
<b>Rácio de Endividamento Geral</b> (Passivo/Ativo)	51,47%	46,58%
<b>Autonomia Financeira</b> (Capital Próprio/Ativo)	48,53%	53,42%
<b>Liquidez Geral</b> (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	65,62%	109,85%
<b>Estrutura Ativo - Peso Ativo não Corrente</b>	89,73%	83,93%

Os indicadores económico-financeiros evidenciam, no exercício de 2025, um desempenho globalmente inferior ao registado em 2024. Esta evolução, não traduz ainda assim qualquer desvio global e estrutural face aos parâmetros de referência considerados adequados para a natureza e dimensão da instituição.

Os resultados apurados refletem um comportamento coerente com a fase de investimento, expansão operacional e maturação das novas respostas sociais, sendo compatíveis com a estrutura patrimonial e o modelo de financiamento em vigor.

O rácio de solvabilidade revela uma posição confortável face às responsabilidades assumidas, enquanto o nível de endividamento se mantém ajustado ao ciclo de investimento em curso.

Por outro lado, a autonomia financeira aproxima-se dos 50%, evidenciando um nível equilibrado de capitalização e uma estrutura patrimonial estável.

Importa ainda ressaltar o peso significativo do ativo não corrente (89,73%), que reflete a forte componente estrutural da instituição, associada a infraestruturas e equipamentos sociais detidos pela própria instituição.

O indicador de liquidez geral é aquele que apresenta maior debilidade. Pese embora se encontre alinhado e justificado pelo forte investimento que reduz naturalmente a flexibilidade financeira, deve ser acompanhado com atenção no contexto da gestão de tesouraria, procurando evitar fragilidades de liquidez de curto prazo.

## 5.5. COMPARATIVO ORÇAMENTAL (PAO 2025)



O comparativo entre o resultado previsional constante no orçamento de 2025 e o resultado efetivamente apurado evidencia uma melhoria de 23,31%, traduzindo uma performance superior à inicialmente projetada.

Não obstante, importa referir que a análise comparativa entre ambos os documentos, apresenta limitações, em virtude de não se ter concretizado, ou de ter sofrido atrasos, determinado investimento previsto para 2025, o que implicaria uma dinâmica distinta ao nível da exploração de estruturas e respostas sociais recentes ou em fase de implementação.

Ainda assim, é de assinalar, no cômputo global da instituição, a existência de um equilíbrio positivo entre os rendimentos obtidos e os gastos incorridos no exercício de 2025, refletindo uma gestão operacional prudente e sustentável.

## 5.6. PERSPETIVA FUTURA

O ano de 2025 marca a consolidação de um ciclo de investimento estruturante, materializado na conclusão do edifício da Casa Mãe e na entrada em funcionamento das respostas sociais de RAI e CACI. Esta nova etapa exige foco na maximização da capacidade instalada e na plena rentabilização dos recursos afetos ao projeto.

Em 2026, a abertura das respostas de RAI e CACI nas Casas da Aldeia, em Alvito, Barcelos, ampliará a responsabilidade institucional, traduzida no aumento da capacidade, na expansão geográfica e na intensificação da atividade operacional. Este crescimento implicará não apenas uma maior

angariação de receita, mas também um acréscimo estrutural de encargos, exigindo uma gestão particularmente criteriosa.

Os investimentos em curso e os que se perspetivam para futuro deverão ser acompanhados por uma visão estratégica clara, garantindo que a expansão não compromete a solidez financeira nem a estabilidade da atividade corrente. **Crescer continuará a ser uma prioridade, mas crescer com consistência deverá ser uma condição essencial.**

Neste contexto, a sustentabilidade do CSVH dependerá da capacidade de manter disciplina financeira, planeamento antecipado e controlo efetivo da execução, assegurando que cada passo de desenvolvimento se traduz em impacto social real e duradouro.

## 5.7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O exercício económico de 2025 encerrou com um resultado líquido positivo de 445.445,04€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros, e quatro cêntimos), propondo a Direção do CSVH que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

## 5.8. DÍVIDAS À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E À SEGURANÇA SOCIAL

A instituição não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, ou a qualquer outra entidade Pública.

## 5.9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O CSVH recebeu, já em 2026, cheque da AT no montante de 214.444,40€, relativos ao processo do IVA que se arrastava desde 2022 relativo à empreitada do FelizMENTElar, e cuja sentença do CAAD, processo 691/2024-T, emitida a 15/01/2025, havia sido favorável à instituição.

Para além do referido anteriormente, não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## 5.10. CONCLUSÃO

O exercício de 2025 enquadra-se numa fase de consolidação acompanhada pela continuidade do ciclo de investimento estratégico do CSVH. A instituição manteve uma dinâmica ativa de reforço e qualificação das suas infraestruturas e respostas sociais, com particular incidência na operacionalização e estabilização de novos equipamentos, designadamente a Casa Mãe, e na maturação das estruturas recentemente implementadas. Este contexto é exigente, e implica ajustamentos ao nível dos processos internos, da estrutura de custos, dos mecanismos de angariação da receita e dos mecanismos de controlo e planeamento financeiro, compatíveis com a crescente dimensão e responsabilidade institucional.

A evolução económica registada ao longo do exercício demonstra capacidade efetiva de absorção do crescimento. O aumento dos rendimentos, maioritariamente suportado pela atividade principal, confirma a consistência do modelo de financiamento assente na prestação de serviços e nos instrumentos de cooperação pública. Em paralelo, o incremento dos encargos acompanha de forma proporcional a expansão operacional, refletindo uma estrutura de custos coerente com a dimensão atingida.

O resultado líquido apurado, no montante de 445.445,04€, reforça a robustez do desempenho económico e evidencia um nível adequado de cobertura dos compromissos assumidos. Mais do que um indicador isolado, este resultado confirma a existência de margem operacional suficiente para sustentar parte do ciclo de investimento recente sem comprometer a estabilidade global.

A análise dos principais rácios económico-financeiros aponta para uma estrutura patrimonial equilibrada, com níveis de capitalização consistentes e um endividamento enquadrado na estratégia de crescimento prosseguida. A gestão de liquidez, ainda que sendo um vetor mais sensível, resulta de um contexto de intensificação da atividade e de consolidação de novos equipamentos sociais.

O cumprimento integral das obrigações perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, bem como com os demais stakeholders, reafirma o compromisso institucional com a conformidade legal, a transparência e a gestão eficiente.

Em termos prospetivos, o desafio central reside não só na expansão institucional, mas também na otimização plena dos ativos já instalados, na estabilização dos fluxos operacionais e na manutenção de disciplina financeira compatível com a missão social da instituição. A sustentabilidade futura dependerá da capacidade de transformar investimento em eficiência, escala em qualidade e crescimento em impacto social mensurável.

O exercício de 2025 encerra, assim, com um posicionamento institucional reforçado, alicerçado numa gestão tecnicamente competente, financeiramente responsável e estrategicamente orientada para a continuidade e consolidação do projeto social do CSVH.

Vale do Homem, 10 de março de 2026

## 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	17 430 761,68	13 619 338,11
Investimentos financeiros	13.1	41 801,88	41 801,88
Outros créditos e Ativos não correntes	13.2	201 806,79	305 544,31
Subtotal		17 674 370,35	13 966 684,30
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	41 482,33	47 648,79
Créditos a receber	13.2	1 534 012,21	2 121 588,40
Estado e outros Entes Públicos	13.7	95 620,06	90 831,85
Diferimentos	13.3	12 754,73	8 891,10
Caixa e depósitos bancários	13.4	338 646,19	405 009,86
Subtotal		2 022 515,52	2 673 970,00
<b>Total do Ativo</b>		<b>19 696 885,87</b>	<b>16 640 654,30</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13.5	118,30	118,30
Resultados transitados	13.5	1 210 922,92	1 007 414,21
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	7 903 193,60	7 675 818,38
Resultado Líquido do período	13.5	445 445,04	205 700,05
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>9 559 679,86</b>	<b>8 889 050,94</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	6	6 555 157,28	5 317 326,06
Outras dívidas a pagar	13.8	500 000,00	0,00
Subtotal		7 055 157,28	5 317 326,06
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13.6	31 995,07	29 196,43
Estado e outros Entes Públicos	13.7	95 118,92	83 433,82
Financiamentos obtidos	6	840 709,82	765 739,62
Diferimentos	13.3	586 763,13	280 629,73
Outros passivos correntes	13.8	1 527 461,79	1 275 277,70
Subtotal		3 082 048,73	2 434 277,30
<b>Total do passivo</b>		<b>10 137 206,01</b>	<b>7 751 603,36</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>19 696 885,87</b>	<b>16 640 654,30</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	5 905 607,58	4 699 237,93
Subsídios, doações e legados à exploração	9	150 001,62	144 926,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(519 849,92)	(431 073,99)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(822 284,97)	(727 991,72)
Gastos com o pessoal	11	(3 780 680,51)	(3 045 692,05)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	(24 478,62)	(26 438,50)
Outros rendimentos	13.10	285 146,04	263 471,68
Outros gastos	13.11	(32 544,31)	(16 100,37)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 160 916,91</b>	<b>860 339,48</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(468 970,79)	(357 904,00)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>691 946,12</b>	<b>502 435,48</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(246 501,08)	(296 735,43)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>445 445,04</b>	<b>205 700,05</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>445 445,04</b>	<b>205 700,05</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	3 449 427,47	3 139 723,07
Subsídios, doações e legados à exploração	9	71 982,26	120 461,56
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(360 822,12)	(312 359,48)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(491 089,37)	(458 161,04)
Gastos com o pessoal	11	(2 137 920,42)	(2 074 227,86)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	(24 478,62)	(26 438,50)
Outros rendimentos	13.10	161 179,70	212 680,46
Outros gastos	13.11	(21 871,97)	(12 446,45)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>646 406,92</b>	<b>589 231,75</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(263 240,13)	(256 861,29)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>383 166,79</b>	<b>332 370,46</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(151 564,01)	(234 144,02)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>231 602,77</b>	<b>98 226,44</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>231 602,77</b>	<b>98 226,44</b>

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	830 621,43	718 992,41
Subsídios, doações e legados à exploração	9	11 297,97	17 786,99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(99 476,85)	(87 624,17)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(110 977,81)	(53 059,53)
Gastos com o pessoal	11	(493 982,21)	(474 543,31)
Outros rendimentos	13.10	58 265,85	29 430,80
Outros gastos	13.11	(5 239,28)	(2 850,22)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>190 509,10</b>	<b>148 132,97</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(106 553,05)	(87 561,56)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>83 956,05</b>	<b>60 571,41</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(26 250,93)	(37 003,64)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>57 705,11</b>	<b>23 567,77</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10		0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>57 705,11</b>	<b>23 567,77</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – CENTRO DE DIA**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	229 203,60	202 739,40
Subsídios, doações e legados à exploração	9	4 077,84	6 677,95
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(27 969,77)	(31 090,35)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(24 777,03)	(9 815,93)
Gastos com o pessoal	11	(144 917,73)	(138 268,48)
Outros rendimentos	13.10	19 430,31	21 360,42
Outros gastos	13.11	(1 453,32)	(803,70)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>53 593,90</b>	<b>50 799,31</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(14 232,78)	(13 481,15)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>39 361,12</b>	<b>37 318,16</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(18 584,58)	(25 587,76)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>20 776,55</b>	<b>11 730,40</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10		0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>20 776,55</b>	<b>11 730,40</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – CRECHE**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	597 924,30	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9	55 324,56	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(26 406,85)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(99 129,98)	0,00
Gastos com o pessoal	11	(431 212,75)	0,00
Outros rendimentos	13.10	35 004,93	0,00
Outros gastos	13.11	(3 791,29)	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>127 712,93</b>	<b>0,00</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(52 355,85)	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>75 357,08</b>	<b>0,00</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(37 195,01)	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>38 162,07</b>	<b>0,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10		0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>38 162,07</b>	<b>0,00</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR SEGMENTO – SAÚDE/OUTROS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	798 430,78	637 783,05
Subsídios, doações e legados à exploração	9	7 318,99	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(5 174,33)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(96 310,78)	(201 955,22)
Gastos com o pessoal	11	(572 647,40)	(363 652,40)
Outros rendimentos	13.10	11 265,25	0,00
Outros gastos	13.11	(188,45)	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>142 694,07</b>	<b>72 175,43</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(32 588,98)	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>110 105,09</b>	<b>72 175,43</b>
Juros e gastos similares suportados	13.12	(12 906,54)	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>97 198,55</b>	<b>72 175,43</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>97 198,55</b>	<b>72 175,43</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

	Notas	ERPI	SAD	CD	CP	SAÚDE/ OUTROS	PERÍODO	
							2025	2024
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>								
Vendas e serviços prestados		3 521 409,73	841 919,40	233 281,44	653 248,86	805 749,77	6 055 609,20	4 844 164,43
Custo das vendas e dos serviços prestados		(3 277 550,67)	(810 989,93)	(211 897,30)	(609 105,42)	(706 721,49)	(5 616 264,81)	(4 589 100,26)
<b>Resultado bruto</b>		<b>243 859,06</b>	<b>30 929,47</b>	<b>21 384,14</b>	<b>44 143,44</b>	<b>99 028,29</b>	<b>439 344,39</b>	<b>255 064,17</b>
Outros rendimentos		161 179,70	58 265,85	19 430,31	35 004,93	11 265,25	285 146,04	263 471,68
Outros gastos		(21 874,97)	(5 239,28)	(1 453,32)	(3 791,29)	(188,45)	(32 544,31)	(16 100,37)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>383 166,79</b>	<b>83 956,05</b>	<b>39 361,12</b>	<b>75 357,08</b>	<b>110 105,09</b>	<b>691 946,12</b>	<b>502 435,48</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		(151 564,01)	(26 250,93)	(18 584,58)	(37 195,01)	(12 906,54)	(246 501,08)	(296 735,43)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>231 602,77</b>	<b>57 705,11</b>	<b>20 776,55</b>	<b>38 162,07</b>	<b>97 198,55</b>	<b>445 445,04</b>	<b>205 700,05</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>231 602,77</b>	<b>57 705,11</b>	<b>20 776,55</b>	<b>38 162,07</b>	<b>97 198,55</b>	<b>445 445,04</b>	<b>205 700,05</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		3 759 343,92	3 467 084,41
Pagamento a fornecedores		(1 565 409,89)	(1 250 083,98)
Pagamentos ao pessoal		(2 528 106,60)	(1 967 841,68)
Caixa gerada pelas operações		(334 172,57)	249 158,75
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 628 154,94	884 107,87
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 293 982,37	1 133 266,62
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(3 796 277,70)	(3 462 594,39)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios ao investimento		1 401 471,52	2 645 880,18
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(2 394 806,18)	(816 714,21)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1 944 000,00	1 378 955,27
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(665 441,43)	(1 408 131,77)
Juros e gastos similares		(244 098,43)	(296 735,43)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		1 034 460,14	(325 911,93)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-66 363,67	-9 359,52
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		405 009,86	414 369,38
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		<b>338 646,19</b>	<b>405 009,86</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2024**  
**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	13.5	118,30	1 386 181,75	6 353 488,30	-298 879,06	7 440 909,29	7 440 909,29
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.5		-378 767,54	1 322 330,08	298 879,06	1 242 441,60	1 242 441,60
		0,00	-378 767,54	1 322 330,08	298 879,06	1 242 441,60	1 242 441,60
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	13.5				205 700,05	205 700,05	205 700,05
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					504 579,11	1 448 141,65	1 448 141,65
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	13.5	118,30	1 007 414,21	7 675 818,38	205 700,05	8 889 050,94	8 889 050,94

50

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2025**  
**MODELO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO**

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	13.5	118,30	1 007 414,21	7 675 818,38	205 700,05	8 889 050,94	8 889 050,94
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.5	0,00	203 508,71	227 375,22	(205 700,05)	225 183,88	225 183,88
		0,00	203 508,71	227 375,22	(205 700,05)	225 183,88	225 183,88
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	13.5				445 445,04	445 445,04	445 445,04
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>					239 744,99	670 628,92	670 628,92
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	13.5	118,30	1 210 922,92	7 903 193,60	445 445,04	9 559 679,86	9 559 679,86

## 7. ANEXO

## Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada nas demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro para entidades do sector não lucrativo.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

52

## 1. Identificação da Entidade

O Centro Social do Vale do Homem (doravante designado por CSVH) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), devidamente registada na Direção-Geral da Segurança Social, no Livro n.º 12 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 26/08, a fls. 16 verso e 17, em 5 de março de 2008, com o NIF 507 533 208, tendo a sua sede na Rua Francisco Sá Carneiro, 4730-260 Lanhas, Vila Verde.

O CSVH desenvolve a sua atividade no domínio da intervenção social, assumindo como áreas nucleares o apoio à população idosa, através das respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, o apoio à infância, mediante as valências de Berçário e Creche, e o apoio a pessoas com deficiência, através do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e das Residências de Autonomização e Inclusão.

Paralelamente às suas respostas sociais principais, a instituição promove iniciativas complementares de relevante impacto comunitário, designadamente o projeto “Vale do Homem com Saúde”, que assegura a realização de rastreios de saúde em articulação com as Juntas de Freguesia, bem como a Equipa de Apoio Domiciliário na área da saúde mental. Integram ainda a sua atividade o Centro de Estimulação da Mente e o Centro de Reabilitação Motora, projetos orientados para a prestação de cuidados diferenciados e especializados à população, reforçando a cobertura e a qualidade da resposta social na região.

O CSVH encontra-se certificado pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) enquanto entidade formadora, tendo igualmente dinamizado Atividades de Enriquecimento Curricular junto de estabelecimentos de ensino, e consolidado a sua intervenção na área formativa e educativa.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O anexo deste Decreto refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- ✓ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho e Portaria de Alteração n.º 41/2025/1, de 17 de fevereiro;
- ✓ Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- ✓ NCRF-ESNL – Aviso 8259/2015, de 29 de julho (inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro; e
- ✓ Normas Interpretativas (NI).

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminadas nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira

consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- ✓ A natureza da reclassificação;
- ✓ A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- ✓ Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação mais representativas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais e menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.2. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido, representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e preceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários que a entidade detém estão valorizados pelo custo de aquisição e destinam-se a contribuir para o desenvolvimento da atividade, não estão diretamente relacionados com a capacidade da mesma em gerar fluxos de caixa.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- ✓ Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- ✓ Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem como:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### 3.2.3.1. *Créditos a Receber*

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, retratando o valor realizável líquido.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### 3.2.3.2. *Caixa e Depósitos Bancários*

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### 3.2.3.3. *Fornecedores e Outros Passivos Correntes*

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### 3.2.3.4. *Fundos Patrimoniais*

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- ✓ Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- ✓ Fundos acumulados e outros excedentes;
- ✓ Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.4. *Provisões*

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

### 3.2.5. Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### 3.2.6. Estado e Outras Entes Públicas

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

*b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.*

### 3.2.7. Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços, juros decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Em termos de prestações de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido na base da linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

Os pagamentos antecipados não reembolsados, recebidos dos utentes são reconhecidos em função da esperança média de vida. Para os utentes com idade média superior à esperança média de vida, os pagamentos antecipados são reconhecidos como rédito do período.

### 3.2.8. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

### 3.2.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo

somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### 3.2.10. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

60

## 3.3. Outras políticas contabilísticas relevantes

### 3.3.1. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para quais os riscos de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF ESNL, a entidade utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem:

- ✓ Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis
- ✓ Registo de perdas por imparidade
- ✓ Estimativa de férias e subsídio de férias

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### 3.3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.3.3. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo

que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

#### 4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

62

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas e a reconciliação da quantia escriturada no início e no termo dos períodos de 2024 (saldo reportado a 01 de janeiro de 2025) e de 2025 encontram-se detalhadas no quadro infra, evidenciando-se as adições, abates e alienações, depreciações do exercício e demais variações verificadas:

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-25	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-25
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	382 042,50	0,00	-106 567,09	275 475,41
Edifícios e outras construções	10 743 748,90	297 152,73	3 316 703,27	14 357 604,90
Equipamento básico	798 270,61	112 923,56	0,00	911 194,17
Equipamento de transporte	536 840,47	202 596,18	0,00	739 436,65
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	97 196,13	39 507,76	0,00	136 703,89
Outros Ativos fixos tangíveis	258 653,34	111 241,25	59 097,56	428 992,15
<b>Total</b>	<b>12 816 751,95</b>	<b>763 421,48</b>	<b>3 269 233,74</b>	<b>16 849 407,17</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	863 477,91	237 831,42	0,00	1 101 309,33
Equipamento básico	398 957,24	71 819,88	0,00	470 777,12
Equipamento de transporte	275 706,44	109 473,91	0,00	385 180,35
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	58 135,48	14 788,45	0,00	72 923,93
Outros Ativos fixos tangíveis	133 203,90	35 057,13	0,00	168 261,03
<b>Total</b>	<b>1 729 480,97</b>	<b>468 970,79</b>	<b>0,00</b>	<b>2 198 451,76</b>

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31-Dez-24
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	382 042,50	0,00	0,00	382 042,50
Edifícios e outras construções	8 889 404,37	1 854 344,53	0,00	10 743 748,90
Equipamento básico	586 376,47	211 894,14	0,00	798 270,61
Equipamento de transporte	385 419,46	151 421,01	0,00	536 840,47
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	74 155,04	23 041,09	0,00	97 196,13
Outros Ativos fixos tangíveis	203 348,05	55 305,29	0,00	258 653,34
<b>Total</b>	<b>10 520 745,89</b>	<b>2 296 006,06</b>	<b>0,00</b>	<b>12 816 751,95</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	680 128,98	183 348,93	0,00	863 477,91
Equipamento básico	336 925,28	62 031,96	0,00	398 957,24
Equipamento de transporte	199 995,12	75 711,32	0,00	275 706,44
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	47 562,21	10 573,27	0,00	58 135,48
Outros Ativos fixos tangíveis	108 665,11	24 538,79	0,00	133 203,90
<b>Total</b>	<b>1 373 276,70</b>	<b>356 204,27</b>	<b>0,00</b>	<b>1 729 480,97</b>

Na rubrica de edifícios e outras construções consta agora o edifício da Casa Mãe, que abarca as respostas sociais de CACI e RAI, além da sede institucional, e cujo investimento ascendeu a 3.525.208,32€, estando edificado em terreno próprio da instituição.

Sobre o imóvel pende uma hipoteca voluntária no valor de 1.650.000,00€ para garantia do empréstimo bancário contraído para a construção do edifício.

Na rubrica de edifícios e outras construções constam as obras de construção do ERPI FelizMENTElar que ascendem a 4.074.798,39€. O terreno onde foi construído este lar foi cedido em outubro de 2019 pela freguesia de Gualtar, através do direito de superfície a título gratuito, pelo prazo de 60 anos (início em outubro de 2019).

Sobre este direito de superfície existe uma hipoteca voluntária no valor de 2.170.000,00€ para garantia do empréstimo bancário contraído para a construção.

Constam também nesta rubrica as obras de construção da creche de Gualtar - Clube dos pequenos que ascendem a 1.893.788,92€. O terreno onde foi construído esta valência foi cedido em dezembro de 2022 pelo Município de Braga, através do direito de superfície a título gratuito, pelo prazo de 50 anos (início em dezembro de 2022).

Em 31/12/2025 estão em curso os seguintes investimentos:

- ✓ Casa da Citânia – Ponte S. Vicente, Vila Verde: este projeto visa a criação da resposta social Residência de Apoio Moderado (RAMo) para a saúde mental e uma equipa de apoio ao domicílio especializado em saúde mental.
- ✓ Casas da Aldeia – Alvito, Barcelos: Este projeto visa a construção de edifícios que servirão de suporte às respostas sociais de Residência de Autonomização para a Inclusão (em edificação), Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (em edificação) e Lar Residencial. Está prevista também a inclusão do Museu “Rosa Pinheiro” no prédio destinado a CACI.

Este projeto está desenhado sobre 4 imóveis que foram doados com a condição de o CSVH construir e de manter em funcionamento nos identificados prédios um ou mais edifícios destinados:

- a) À instalação de uma resposta social e/ou de saúde a definir pela donatária; e,
- b) À instalação de um museu, na área cultural, que será denominado “Museu Rosa Pinheiro”.

O CSVH tem o prazo de treze anos a contar de 02-02-2022, para ter em pleno funcionamento as respostas sociais e/ou saúde e culturais, anteriormente referidas, sob pena de, não o fazendo, o presente contrato se considerar automaticamente resolvido, com a consequente destruição retroativa de todos os seus efeitos negociais.

- ✓ Ampliação Casa da Alegria – Lanhas, Vila Verde: Este projeto visa ampliar o edifício da Casa da Alegria. A ampliação do edifício, aliada ao conhecimento adquirido e aos meios materiais e humanos existentes, permitirão engrandecer e consolidar as respostas sociais aí prestadas, como uma das mais significativas na área da demência a nível regional e nacional.
- ✓ Clube dos Pequenos - Merelim S. Pedro, Braga: Este projeto visa a construção de um edifício que permitirá a implementação das respostas sociais de berçário e creche.
- ✓ Clube dos Pequenos – Vila do Pico de Regalados, Vila Verde: Este projeto visa a remodelação de um edifício que permitirá a implementação das respostas sociais de berçário e creche.
- ✓ Casa da Alegria – Braga, Vila de Palmeira: Este projeto visa a construção de respostas sociais de ERPI, SAD e CD vocacionadas para pessoas portadoras de alzheimer e outras demências e a construção de respostas sociais de ERPI e SAD, projeto denominado “Domus Lar Bracara Augusta”.
- ✓ Casas do Minho – Lanhas, Vila Verde: Este projeto visa a construção de edifício destinado à resposta social de Habitação Colaborativa, a incluir no projeto da Quinta do Senhor.
- ✓ Lar Oliveira – Lanhas, Vila verde: Remodelação do edifício que suporta as respostas sociais de ERPI e SAD, melhorando a sua funcionalidade diária e eficiência energética.

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-jan-25	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-dez-25
<b>Investimentos em curso</b>				
Edifício Ponte S. Vicente - Casa da Citânia	195 420,27	15 878,29	0,00	211 298,56
Edifício Quinta do Senhor - Casa Mãe	1 317 898,28	2 010 581,85	3 328 480,13	0,00
Edifício Alvito - Barcelos (RAI) - 1ª Fase	787 797,72	759 809,23	411 167,00	1 136 439,95
Quinta do Senhor - Projeto Trevo	154 708,18	23 464,75	178 172,93	0,00
Edifício Casa da Alegria - Ampliação	26 242,68	0,00	0,00	26 242,68
Edifício Merelim S. Pedro - Clube dos Pequenos	0,00	22 035,63	0,00	22 035,63
Edifício Alvito - Barcelos (CACI) - 2ª Fase	0,00	204 674,73	0,00	204 674,73
Edifício Vila Pico Regalados - Clube dos Pequenos	0,00	11 886,80	441,70	11 445,10
Edifício Casa da Alegria Braga	0,00	765 865,60	0,00	765 865,60
Edifício Quinta do Senhor - Hab. Colaborativa	0,00	154 648,45	0,00	154 648,45
Edifício Lar da Oliveira (Remodelação)	0,00	155,57	0,00	155,57
Edifício Alvito - Barcelos (LR) - 3ª Fase	0,00	247 000,00	0,00	247 000,00
<b>Adiantamentos por conta de investimentos</b>	50 000,00	100 000,00	150 000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 532 067,13</b>	<b>4 316 000,90</b>	<b>4 068 261,76</b>	<b>2 779 806,27</b>

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-jan-24	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-dez-24
<b>Investimentos em curso</b>				
Edifício Ponte S. Vicente - Casa da Citânia	195 420,27	0,00	0,00	195 420,27
Edifício Quinta do Senhor - Casa Mãe	313 026,04	1 004 872,24	0,00	1 317 898,28
Edifício Clube dos Pequenos	95 776,53	1 789 109,95	1 884 886,48	0,00
Edifício Alvito - Barcelos (RAI) - 1ª Fase	550 030,01	237 767,71	0,00	787 797,72
Quinta do Senhor - Projeto Trevo	102 420,76	52 287,42	0,00	154 708,18
Edifício Casa da Alegria - Ampliação	26 242,68	0,00	0,00	26 242,68
<b>Adiantamentos por conta de investimentos</b>	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00
<b>Total</b>	<b>1 282 916,29</b>	<b>3 134 037,32</b>	<b>1 884 886,48</b>	<b>2 532 067,13</b>

O Edifício da Casa Mãe, onde se prestam respostas sociais de RAI e CACI, e que inclui a sede da instituição, englobado no projeto da Quinta do Senhor e sediado em Lanhas, Vila Verde, entrou em funcionamento em outubro de 2025.

A rubrica do Edifício Casa da Alegria Braga incorpora a compra do imóvel R-1252, sito na Vila de Palmeira, Braga. O preço da compra ascende a 750.000€, sendo que parte deste valor (300.000€) será pago pelo CSVH em prestações de serviços ao promitente vendedor, e a pessoa com quem ela estiver como cônjuge, ou em situação análoga, bem como todas as colaterais até ao 5º grau (sobrinhos netos).

As prestações de serviços são a converter em mensalidades, tantas quantas couberem naquele valor, para futuro ingresso na rede de lares da instituição.

Na rubrica investimento em curso existem várias obras a ser efetuadas sobre terrenos cedidos através do direito de superfície:

- Edifício Merlim S. Pedro – Clube dos Pequenos: direito de superfície atribuído pelo Município de Braga, com início em 13/05/2025, pelo prazo de 50 anos;
- Edifício Pico de Regalados – Clube dos Pequenos: direito de superfície atribuído pela União de Freguesias de Pico de Regalados Gondiaães e Mós, com início em 18/03/2025, pelo prazo de 50 anos;
- A Instituição recebeu por doação 4 imóveis: U-402, U-526, R-1458, R-1459 (data da doação: 2022-02). O CSVH fica com o encargo de construir e de manter em funcionamento nos identificados prédios um ou mais edifícios destinados:
  - a) À instalação de uma resposta social e/ou de saúde a definir pela donatária; e,
  - b) À instalação de um museu, na área cultural, que será denominado “Museu Rosa Pinheiro”.

A construção tem o prazo de treze anos a contar de 02-02-2022, para ter em pleno funcionamento as respostas sociais e/ou saúde e culturais.

Quantia escriturada líquida:

Descrição	2025	2024
Terrenos e recursos naturais	1 132 042,50	382 042,50
Edifícios e outras construções	13 256 295,57	9 880 270,99
Equipamento básico	440 417,05	399 313,37
Equipamento de transporte	354 256,30	261 134,03
Equipamento administrativo	63 779,96	39 060,65
Outros Ativos fixos tangíveis	260 731,12	125 449,44
Investimentos em curso	1 923 239,18	2 532 067,13
<b>Total</b>	<b>17 430 761,68</b>	<b>13 619 338,11</b>

Nas rubricas de terrenos e de edifícios e outras construções, constam prédios com a quantia escriturada líquida no valor de 12.618.488,79€ que se encontram hipotecadas a favor da CCA, MG e ST para garantia de empréstimos.

Existe ainda um ónus de não fracionamento sobre os imóveis descritos na matriz predial com o n.º U-530, U-545, U-580, U-584, todos sítos em Lanhas, Vila Verde.

## 6. Financiamentos Obtidos e gastos de financiamentos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, com exceção dos financiamentos relativos às obras em cursos, cujos encargos do período da construção são capitalizados.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	833 471,42	6 529 778,53	<b>7 363 249,95</b>	765 739,62	5 317 326,06	<b>6 083 065,68</b>
Locações Financeiras	7 238,40	25 378,75	<b>32 617,15</b>	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>840 709,82</b>	<b>6 555 157,28</b>	<b>7 395 867,10</b>	<b>765 739,62</b>	<b>5 317 326,06</b>	<b>6 083 065,68</b>

Descrição	Capital	
	2025	2024
Até um ano	840 709,82	765 739,62
De um a cinco anos	2 932 303,47	2 956 009,97
Mais de cinco anos	3 622 853,81	2 361 316,09
<b>Total</b>	<b>7 395 867,10</b>	<b>6 083 065,68</b>

A empreitada de construção do Edifício de Alvito, Barcelos, relativo à primeira fase de edificação da resposta social de RAI, capitalizou juros ao longo do exercício económico de 2025.

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27 804,19	450 918,59	47 648,79	513 683,46	<b>41 482,33</b>
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Ativos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>27 804,19</b>	<b>450 918,59</b>	<b>47 648,79</b>	<b>513 683,46</b>	<b>41 482,33</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	431 073,99	519 849,92
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00

69

## 8. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	5 905 607,58	4 699 237,93
Subsídios e Donativos	150 001,62	144 926,50
Outros Rendimentos	285 146,04	263 471,68
<b>Total</b>	<b>6 340 755,24</b>	<b>5 107 636,11</b>

Relativamente à rubrica de Prestação de Serviços, os rendimentos constantes da mesma encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Quotas dos Utilizadores	3 260 911,65	3 295 412,26
Quotizações e jóias	665,00	4 332,00
Acordos de Cooperação	2 614 891,93	1 380 917,67
Outros Serviços	29 139,00	18 576,00
<b>Total</b>	<b>5 905 607,58</b>	<b>4 699 237,93</b>

## 9. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a entidade tinha os seguintes valores nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros entes Públicos”, “Subsídios de Outras entidades e Doações”:

Descrição	2025	2024
<b>Subsídios do Governo</b>		
Centro Distrital da Segurança Social	0,00	0,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional	62 275,09	121 499,19
Subsídios de outras entidades	87 726,53	23 427,31
Outras Variações no capital próprio - Subsídios	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>150 001,62</b>	<b>144 926,50</b>

70

Os subsídios do Instituto do Emprego e Formação Profissional referem-se às medidas de emprego em vigor para a contratação de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional. Encontram-se também registados os apoios a estágios profissionais.

Nos subsídios de outras entidades foram registados os seguintes subsídios:

- ✓ 15.000,00€ atribuídos pelo Município de Amares;
- ✓ 5.927,33€ proveniente da Fundação EDP, subsídio atribuído para efeitos da celebração de um leasing operacional;
- ✓ 4.624,06€ proveniente do Pessoas 2030, para efeitos de Formação Modular Certificada.
- ✓ 520,51€ proveniente do FEADER, relativo aos projetos de Renovação de Aldeias e de Pequenos Investimentos.
- ✓ 61.654,63€ provenientes do Portugal2030, para os projetos Ponto de Fuga (40.350,58€) e Sob Rodas (21.304,05€)

## 10. Imposto Sobre o Rendimento

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são consideradas sujeitos passivos de IRC, nos termos do artigo 2.º, n.º 1, do Código do IRC (CIRC), podendo, contudo, beneficiar de isenção ao abrigo do artigo 10.º do mesmo diploma, desde que verifiquem as respetivas condições legais.

Neste enquadramento, as atividades desenvolvidas pelo Centro Social do Vale do Homem que se integrem nos seus fins estatutários, e que cumpram os requisitos legalmente previstos, encontram-se isentas de IRC. Assim, ainda que seja apurado um resultado positivo no exercício, não existe lugar ao pagamento de imposto relativamente aos rendimentos abrangidos pela referida isenção.

## 11. Benefícios dos empregados

Os membros da direção na qualidade em causa não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	3 042 894,00	2 442 469,74
Indemnizações	0,00	6 500,00
Encargos sobre as Remunerações	660 442,30	532 036,24
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	41 673,39	27 988,69
Outros Gastos com o Pessoal	35 670,82	36 697,38
<b>Total</b>	<b>3 780 680,51</b>	<b>3 045 692,05</b>

Em 2025, o CSVH registou uma média de 227 trabalhadores ao seu serviço, face a uma média de 191 trabalhadores em 2024, traduzindo um crescimento significativo da estrutura de recursos humanos.

O aumento do gasto com pessoal verificado em 2025 encontra-se diretamente relacionado com o arranque do edifício Casa Mãe, localizado em Lanhas, Vila Verde. A necessidade de garantir o adequado funcionamento da nova resposta social implicou a contratação antecipada de colaboradores, ainda antes da abertura formal da estrutura.

Paralelamente, verificou-se um reforço das equipas nas áreas social e de gestão, com particular incidência no Serviço de Apoio ao Domicílio, que ao longo de 2025 registou um aumento do número de utentes acompanhados, exigindo o correspondente ajustamento do número de profissionais afetos à resposta.

Acresce ainda que, no início do exercício, foi efetuada a atualização das tabelas remuneratórias em conformidade com o aumento do salário mínimo nacional. A instituição optou,

inclusivamente, por praticar remunerações base superiores ao mínimo legal, como medida de valorização dos recursos humanos e de mitigação do risco de rotatividade, contribuindo para a estabilidade das equipas e para a contenção de custos indiretos associados à substituição e formação de trabalhadores.

## 12. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208 e 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários praticados pelo Revisor Oficial de contas, para os períodos de 2025 e 2024, foram de 4.797,00€ em ambos os períodos, com IVA incluído, e respeitam unicamente a serviços de revisão legal das contas.

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Fundos Compensação do Trabalho - FCT	36 801,88	36 801,88
Norgarante	5 000,00	5 000,00
<b>Total</b>	<b>41 801,88</b>	<b>41 801,88</b>

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) aplicou-se aos contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013, tendo cessado a obrigatoriedade de novas entregas em abril de 2023, na sequência da alteração legislativa então introduzida.

Relativamente à Norgarante, o montante registado respeita à detenção de ações adquiridas no âmbito de um financiamento contratualizado com o Banco Santander, no qual aquela interveio

na qualidade de Sociedade de Garantia Mútua. Nos termos do contrato celebrado, foi prevista a aquisição de 5.000 ações, pelo valor nominal de 1,00€ cada, como condição associada à formalização da garantia prestada no âmbito do referido financiamento.

### 13.2. Créditos a Receber

Para os períodos de 2025 e 2024, a rubrica créditos a receber encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c	16 373,47	13 087,84
Devedores por acréscimos de rendimentos	8 931,96	11 504,03
Outros Devedores	1 710 513,57	2 402 540,84
<b>Total</b>	<b>1 735 819,00</b>	<b>2 427 132,71</b>
Cobrança duvidosa utentes	24 478,62	68 560,50
Descrição	2025	2024
Perdas por Imparidade acumuladas de clientes e utentes c/c	93 039,12	68 560,50

Na rubrica “Outros Devedores” encontram-se registados, essencialmente, os seguintes montantes:

- 1.006.836,87€ relativos a participações aprovadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destinadas ao financiamento das empreitadas de construção das estruturas *Clube dos Pequenos*, *Casa Mãe* e *Casas da Aldeia*, bem como a investimentos na área da Eficiência Energética;
- 42.000,00€ relativos a participações da Mobilidade Verde para auxílio à aquisição de frota 100% elétrica;
- 223.228,34€ correspondentes a candidatura aprovada ao programa *PESSOAS 2030*, relacionada com ações de formação promovidas pela instituição junto de terceiros;
- 348.062,09€ referentes a candidaturas aprovadas no âmbito dos projetos de Inovação Social *Ponto de Fuga* e *Sob Rodas*.

Atendendo ao calendário previsível de recebimento, parte das verbas provenientes do programa *PESSOAS 2030* e dos projetos de Inovação Social, no montante global de 201.806,79€, foi

classificada como Ativo Não Corrente, por se estimar que a sua realização financeira ocorra para além dos 12 meses subsequentes à data do balanço.

### 13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a reconhecer</b>	12 754,73	8 891,10
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	586 763,13	280 629,73

A rubrica “Rendimentos a reconhecer” corresponde a financiamentos atribuídos à Entidade, cujo reconhecimento em resultados será efetuado de forma faseada, em conformidade com o período de execução dos respetivos projetos e com o princípio do regime do acréscimo (periodização económica).

Esta rubrica integra, designadamente:

- 248.667,94€ relativos ao programa *PESSOAS 2030*;
- 299.714,20€ no âmbito de projetos financiados pela *Inovação Social*;
- 36.405,19€ respeitantes a apoios concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito de medidas de apoio ao emprego;
- 1.975,80€ referentes a apoio atribuído pela Fundação EDP para comparticipação de encargos associados ao renting de uma viatura.

Os referidos montantes serão reconhecidos como rendimento ao longo do período a que respeitam, de acordo com os critérios definidos na política contabilística adotada para subsídios e apoios.

### 13.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	23 062,31	2 472,38
Depósitos à ordem	315 583,88	402 537,48
<b>Total</b>	<b>338 646,19</b>	<b>405 009,86</b>

O CSVH não tem valores cativos em nenhum depósito a prazo, à ordem ou equivalente.

### 13.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	118,30	0,00	0,00	118,30
Resultados transitados	1 007 414,21	206 045,63	(2 536,92)	1 210 922,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	7 675 818,38	393 187,20	(165 811,98)	7 903 193,60
Resultado líquido do período	205 700,05	445 445,04	(205 700,05)	445 445,04
<b>Total</b>	<b>8 889 050,94</b>	<b>1 044 677,87</b>	<b>(374 048,95)</b>	<b>9 559 679,86</b>

Na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” encontram-se registados subsídios ao investimento no montante global de 7.227.919,53€, essencialmente relacionados com candidaturas aprovadas no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0) e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), entre outros instrumentos de financiamento.

Estes montantes correspondem a apoios não reembolsáveis destinados ao financiamento de ativos fixos tangíveis, encontrando-se reconhecidos nos fundos patrimoniais e sendo posteriormente imputados a resultados de forma sistemática, em função da vida útil dos ativos a que respeitam.

Do total referido, subsiste ainda investimento por executar no montante de 1.058.531,06€ associado à candidatura PRR-RE-C03-i01-02-000057 das Casas da Aldeia, prevendo o CSVH concluir a realização do investimento remanescente no decurso do exercício de 2026.

### 13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	31 995,07	29 196,43
<b>Total</b>	<b>31 995,07</b>	<b>29 196,43</b>

### 13.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Ativo		
Descrição	2025	2024
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	95 620,06	90 831,85
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>95 620,06</b>	<b>90 831,85</b>
Passivo		
Descrição	2025	2024
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	10 820,48	9 488,41
Segurança Social	84 298,44	73 945,41
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>95 118,92</b>	<b>83 433,82</b>

A rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado”, classificada no ativo, reflete o montante de IVA a recuperar pela IPSS, apurado nos termos do Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, que estabelece o regime de restituição do IVA suportado por entidades, nas quais as IPSS se inserem.

O valor registado corresponde aos pedidos de restituição já submetidos junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, reportando-se a imposto suportado na construção, manutenção e conservação de imóveis, aquisição de elementos do ativo fixo tangível e aquisição de bens ou serviços de alimentação, enquadráveis no referido regime legal. À data de relato, o montante encontra-se reconhecido como direito a receber, por se encontrarem verificados os pressupostos legais para a respetiva recuperação.

### 13.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>221 458,84</b>	<b>0,00</b>	<b>193 741,47</b>
Remunerações a pagar	0,00	221 458,84	0,00	193 741,47
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>0,00</b>	<b>618 219,92</b>	<b>0,00</b>	<b>534 340,79</b>
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>500 000,00</b>	<b>687 783,03</b>	<b>0,00</b>	<b>547 195,44</b>
<b>Total</b>	<b>500 000,00</b>	<b>1 527 461,79</b>	<b>0,00</b>	<b>1 275 277,70</b>

Na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” constam 592.961,28€ referentes à estimativa de férias e subsídios e férias, a pagar em 2026.

Na rubrica “Outros Passivos Correntes” está refletido o montante de 934.436,82€, relativo a fornecedores de investimentos. Deste total, 500.000,00€ respeitam ao saldo não corrente devido pela aquisição do imóvel R-1252, sito em Palmeira, Braga. Do referido montante, 200.000€ serão liquidados em numerário, encontrando-se os restantes 300.000€ previstos para liquidação através de prestações de serviços, nos termos e condições previamente contratualizados.

### 13.9. Fornecedores e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	184 354,40	156 613,72
Serviços especializados	326 304,85	325 615,98
Materiais	54 039,46	49 262,69
Energia e fluidos	183 334,35	133 311,64
Deslocações, estadas e transportes	8 530,44	6 122,27
Serviços diversos	65 721,47	57 065,42
Seguros	32 955,57	25 269,70
Comunicação	13 315,41	9 506,56
Outos Serviços	19 450,49	22 289,16
<b>Total</b>	<b>822 284,97</b>	<b>727 991,72</b>

### 13.10. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	70 813,53	76 862,10
Descontos de pronto pagamento obtidos	44,60	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	2 681,91
Imputação de subsídios ao investimento	164 402,09	111 570,21
Outros rendimentos e ganhos	49 885,82	72 357,46
<b>Total</b>	<b>285 146,04</b>	<b>263 471,68</b>

78

Na rubrica “Rendimentos suplementares” são registados os donativos em numerário e espécie.

### 13.11. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	5 019,59	9 194,09
Dividas incobráveis	18 940,50	0,00
Outros Gastos e Perdas	8 584,22	6 906,28
<b>Total</b>	<b>32 544,31</b>	<b>16 100,37</b>

O montante reconhecido na rubrica “Dívidas Incobráveis” respeita ao processo relativo ao utente Adriano Rodrigues, cujo acordo de conciliação entre as partes foi formalizado em 13/01/2026.

O reconhecimento da dívida enquanto incobrável decorre da avaliação efetuada quanto à recuperabilidade do crédito, tendo sido considerado que, face aos termos do acordo celebrado, não subsistem expectativas razoáveis de cobrança de parte do montante em dívida inicialmente registado.

### 13.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	233 305,32	282 515,90
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	13 195,76	14 219,53
<b>Total</b>	<b>246 501,08</b>	<b>296 735,43</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(246 501,08)</b>	<b>(296 735,43)</b>

### 14. Acontecimentos após data de Balanço

O CSVH recebeu, já em 2026, cheque da AT no montante de 214.444,40€, relativos ao processo do IVA que se arrastava desde 2022 relativo à empreitada do FelizMENTELar, e cuja sentença do CAAD, processo 691/2024-T, emitida a 15/01/2025, havia sido favorável à instituição.

Para além do referido anteriormente, não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Autorizado para emissão.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 10 de março de 2026.

### 15. Passivos Contingentes

Encontram-se a decorrer os seguintes processos:

- Ação de Processo Comum 5015/24.OT8BRG, instaurado em 2024-07-24, no valor de 11.342€ por um antigo colaborador relacionado com a cessação de contrato de trabalho;

- Ação de Processo Comum 3795/25.5T8BRG, instaurado em 2025-06-23, no valor de 239.413€. Este processo está relacionado com o contrato de empreitada para a construção do Clube dos Pequenos, onde o autor da ação, proprietário de uma moradia vizinha, entende que aquando do período de edificação do edifício, que é responsabilidade do empreiteiro, a moradia sofreu alguns danos estruturais.

É expetativa da direção que o desfecho nos dois processos lhe sejam favoráveis.

80

Existem ainda as seguintes contraordenações, entretanto reclamadas e suspensas:

- Autoridade para as Condições do Trabalho – Valor da Coima: 4.284€. Processo contraordenacional pela alegada verificação de não adoção das medidas de prevenção.
- Instaurada pela Agência Portuguesa do Ambiente – Valor da Coima: Entre 24.000€ a 144.000€. Processo contraordenacional pela alegada verificação de “rejeição de águas residuais sem o respetivo título”.

## 16. Compromissos e Garantias

### 16.1 - Hipotecas e demais ónus dos imóveis, nomeadamente:

- ✓ Hipoteca voluntária sobre o prédio urbano U-902, sito na Freguesia de Caldelas, Sequeiros e Paranhos, a favor da Caixa de Crédito Agrícola, para garantia integral do pagamento de financiamento no montante inicial de 900.000 €;
- ✓ Hipoteca voluntária sobre o prédio urbano U-584, sito na Freguesia de Lanhas, a favor do Crédito Agrícola, para garantia integral do pagamento de dois financiamentos, nos montantes iniciais de 1.000.000,00 € e 650.000,00 €;
- ✓ Hipoteca voluntária sobre o direito de superfície do prédio urbano U-3680, sito na Freguesia de Gualtar, a favor da Caixa Económica Montepio Geral, para garantia de empréstimo no montante de 2.170.000 €;
- ✓ Hipoteca voluntária sobre o prédio urbano U-506, sito na Freguesia de Lanhas, a favor da Caixa Económica Montepio Geral, para garantia integral do pagamento de financiamentos nos montantes iniciais de 1.750.000 € e 950.000 €, sendo este último igualmente garantido pelo imóvel R-1458, sito em Alvito, Barcelos;

- ✓ Hipoteca voluntária sobre o prédio urbano U-463, sito na Freguesia de Lanhas, a favor do Santander, para garantia integral do pagamento de financiamento no montante inicial de 1.422.000 €;
- ✓ Hipoteca voluntária sobre o prédio rústico R-1458, sito na Freguesia de Alvito, Barcelos, a favor da Caixa Económica Montepio Geral, para garantia integral do pagamento de financiamento no montante inicial de 950.000 €, valor igualmente garantido pelo imóvel U-506, sito em Lanhas, Vila Verde;
- ✓ Sobre os prédios U-530 e U-584 existe o Ónus de não fracionamento, com início em 22/12/2021;
- ✓ Sobre os prédios urbanos U-545 e U-580 impende ónus de não fracionamento, com início em 26/10/2023.

16.2. Garantias prestadas pela Norgarante: 294.916,78€.

## 17. Aplicação dos resultados líquidos

O CSVH registou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, um resultado líquido positivo de 445.445,04 €, sendo proposta a sua afetação a Resultados Transitados, nos termos legais e estatutários aplicáveis.

Vale do Homem, 10 de março de 2026.

A Direção

O Contabilista Certificado

## PROPOSTA DA DIREÇÃO

A Direção propõe à Assembleia Geral o seguinte:

- ✓ Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025, bem como do Relatório e parecer do Contabilista Certificado (CC) e do Conselho Fiscal;
- ✓ Que os resultados positivos obtidos no montante de 445.445,04€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e quatro cêntimos), sejam transferidos para a conta de Fundos Patrimoniais – Resultados Transitados;
- ✓ Voto de agradecimento para todos os Amigos e Entidades que se relacionaram com a Instituição;
- ✓ Voto de agradecimento aos Trabalhadores, Colaboradores e Voluntários, que de forma desinteressada contribuíram para o engrandecimento da Instituição, recordando aos que assim não procederam, que lhes devem seguir o exemplo;
- ✓ Voto de agradecimento a todos os Órgãos da Comunicação Social que acompanharam a vida da Instituição e a publicitaram.

Aprovado em reunião de Direção realizada no Centro Social do Vale do Homem em 10 de março de 2026.

## RELATÓRIO ANUAL DO CONTABILISTA CERTIFICADO

Nos termos das disposições legais aplicáveis às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as respetivas demonstrações financeiras devem ser assinadas por Contabilista Certificado (CC), devidamente inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados, sendo este legalmente responsável pela regularidade técnica e fiscal das contas que subscreve.

A eventual deteção de irregularidades nas contas assinadas por CC encontra-se sujeita ao regime disciplinar previsto nos Estatutos da Ordem.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015.

Nos termos do Anexo II do referido diploma, o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo integra:

- ✓ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- ✓ Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015, de 23 de julho;
- ✓ NCRF-ESNL – Aviso 8259/2015, de 29 de julho (inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro
- ✓ Normas Interpretativas (NI).

De entre outros, foram executados os seguintes procedimentos:

- 1) Organização e acompanhamento da gestão, em conformidade com os preceitos legais, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considere necessários;
- 2) Apreciação da adequação e consistência da gestão financeira adotada pela Direção;
- 3) Execução em conformidade com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte, das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos, com as normas constantes supra descritas;
- 4) Execução de testes de conformidade julgados convenientes;

- 5) Execução e análise da informação financeira divulgada tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes:
  - a) Execução e análise das conciliações das contas bancárias em nome do Centro Social do Vale do Homem;
  - b) Execução, análise e teste de elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

Em consequência do trabalho efetuado, merecem aprovação o Balanço, a Demonstração dos Resultados e respetivos mapas anexos, referentes ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025 dado em meu entender, satisfazer os requisitos legais.

Por fim, saliento a disponibilidade e colaboração demonstradas pela Direção e pelos colaboradores da Instituição, no fornecimento da informação necessária ao adequado desempenho das minhas funções, facto que registo e agradeço.

Vila Verde, 10 de março de 2026

Júlio Pedro Duarte Pedralva da Silva

CC: 95947

Aprovado em reunião ordinária da Assembleia Geral, realizada no Centro Social do Vale do Homem, em 26 de março de 2026.

A Mesa da Assembleia Geral,

## PARECER PRÉVIO

Relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Aos Exmos. Senhores membros da Direção do **CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM**,

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do **CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM** (a Entidade), vimos apresentar um Parecer prévio sobre o Balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2025, que evidencia um total de balanço de 19.696.886 euros e um total dos fundos patrimoniais de 9.559.680 euros, incluindo um resultado líquido de 445.445 euros, e a Demonstração dos Resultados por Naturezas reportada à mesma data, que nos foram apresentados.

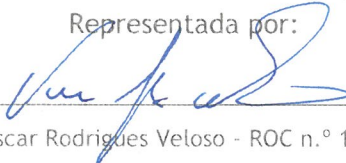
Através de contactos estabelecidos com a Direção e os Serviços Administrativos da Entidade, acompanhamos a atividade desenvolvida no período findo em 31 de dezembro de 2025, tendo procedido à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano e efetuado as análises julgadas convenientes, incluindo a obtenção de confirmações externas. Comprovámos também a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de Parecer favorável a que os documentos referidos no primeiro parágrafo (Balanço e Demonstração dos Resultados por Naturezas) sejam aprovados por parte da Direção.

Braga, 02 de março de 2026,

**VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA.**

Representada por:



(Óscar Rodrigues Veloso - ROC n.º 1392)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 19.696.886 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.559.680 euros, incluindo um resultado líquido de 445.445 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

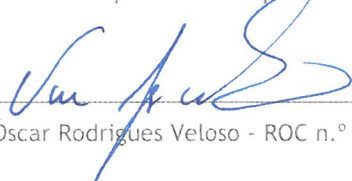
### Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 11 de março de 2026,

VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por:



(Óscar Rodrigues Veloso - ROC n.º 1392)